



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

112ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2025

SESSÃO DENOMINADA – “NOAH RAVI.”

(a ata desta Sessão está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes>)

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, declaro aberta esta sessão. Convido o vereador Joaquim da Janelinha para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO SECRETÁRIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos, bom dia a todas. Ata da 111ª sessão ordinária, 44ª legislatura, 17 de dezembro de 2025. (*[Leitura da Ata da 111ª Sessão Ordinária](#)*). Lida a ata, Sr. Presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

A ata está em apreciação; não havendo quem queira apreciá-la, ata aprovada. Solicito ao vereador Joaquim da Janelinha que faça a leitura do expediente. Vereador Sargento Byron, faça a leitura do expediente, por favor.

1º SECRETÁRIO SARGENTO BYRON – MDB

Muito obrigado, Sr. Presidente. Expediente ordinário, 17 de dezembro de 2025.

Requerimento nº 510/2025, Autoria: Joaquim da Janelinha. (Leu).

Requerimento nº 513/2025, Autoria: Professora Sonia Meire. (Leu).

Requerimento nº 514/2025, Autoria: Professora Sonia Meire. (Leu).

Requerimento nº 515/2025, Autoria: Professora Sonia Meire. (Leu).

Requerimento nº 516/2025, Autoria: Professora Sonia Meire. (Leu).

Requerimento nº 517/2025, Autoria: Professora Sonia Meire. (Leu).

Requerimento nº 518/2025, Autoria: Professora Sonia Meire. (Leu).

Moção nº 126/2025, Autoria: Professora Iran Barbosa. (Leu).

Indicações:

2025, 2463, Sargento Byron;

2464, 2465, 2467 a 2473, Anderson de Tuca;

2474 e 2475, Levi Oliveira;

2476 a 2480, Anderson de Tuca;

2482, 2485, 2487 a 2499, Anderson de Tuca;

2501 a 2509, Anderson de Tuca.

Lido o expediente, senhor Presidente. Agora vamos passar aos avisos.

Convite do Vereador Ricardo Vasconcelos: Evento: Sessão Solene de outorga de título de cidadania aracajuana aos senhores André Kazukas Rodrigues Pereira, Lino Eduardo Farah e Igor Caio Moreira de Paula. Autor: Marcel Azevedo. Data de hoje, dia 18 de dezembro, horário às 16h00, Câmara Municipal de Aracaju, Plenário Vereador Abrahão Crispim. Aviso: Aniversariando quarta-feira, 24 de dezembro, Marcos Santana Silva, o Marquinhos, chefe do setor de TI desta Casa. Nelson Felipe, superintendente da SMTT. Aniversariando quinta-feira, dia 25, Coronel Alexsandro Ribeiro, comandante geral da Polícia Militar. Aniversariando sexta-feira, dia 26, Zezinho Sobral, vice-governador e Secretário de Estado de Educação. Aniversariando segunda-feira, dia 29, Vereador Pastor Diego. Quero ver se vai ter bolo. E aniversariando terça-feira, dia 30, a Superintendente Sheyla Galba. Parabéns, Marquinhos, Sheyla Galba e Pastor Diego.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pela Ordem, Breno.

BRENO GARIBALDE – REDE – PELA ORDEM

Presidente, bom dia, colegas Vereadores. Senhor Presidente, eu queria sugerir que a gente só tivesse o pequeno expediente, queria saber se os colegas concordam para a gente poder partir para as votações.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Seu requerimento, eu vou colocar em votação, aqueles que concordam que tenha só o pequeno expediente hoje, depois a gente já começa a pauta de votação, por favor, levante a mão. Unanimidade. Então, vamos começar o pequeno expediente ouvindo o Vereador Soneca. Não está aqui. O vereador, a vereadora... Oxente! Soneca. Você de cabeça baixa. Ele escondido aqui atrás da placa, olha! Pela Ordem, Binho.

BINHO – PODEMOS – PELA ORDEM

Rapidinho, meu... Rapidinho, Vereador Soneca. Eu vi que não lhe viram, mas deu certo. Senhor Presidente, só para avisar aqui hoje, daqui a pouquinho eu estarei com meu filho indo para o pediatra para algumas consultas de rotina e hoje também é aniversário dele, não é? Quero agradecer, que é aniversário do meu de um aninho, não é? Ravi. Onde grande parte dos Vereadores estavam no chá de fralda dele, então, Deus abençoe a cada um de vocês, muito obrigado. Senhor Presidente, daqui a pouquinho eu estarei me retirando para acompanhar papai, viu?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Tá bom, um abraço.

SONECA – PSD

Senhor Presidente, eu vou declinar, porque eu esqueci o meu roteiro.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Ok. Alex Melo. Anderson de Tuca não está, não é? Binho não vai, não é? Breno, vai?

BRENO GARIBALDE – REDE – ORADOR

Bom dia, colegas Vereadores, Vereadoras, todos que nos assistem. Minha fala hoje é breve, nosso último discurso aqui antes do recesso parlamentar. Iniciar, como sempre, fazendo minha autodescrição: Sou um homem branco, de baixa estatura, cabelos castanhos, olhos castanhos, estou vestindo um blazer cinza, uma camisa branca e uma gravata preta. No dia de hoje, senhor Presidente, queria trazer uma notícia de ontem. Ontem eu estive presente na Audiência Pública que aconteceu lá na Areia Branca sobre aquela obra polêmica do canal da macrodrenagem naquela região. Senhor Presidente, é uma obra muito grande que nós aprovamos o empréstimo aqui na legislatura passada, mas

uma obra que começou de forma completamente atropelada, sem ouvir as pessoas, sem ouvir a necessidade do povo da região. Pela primeira vez eu estava na Audiência Pública onde todo mundo que estava presente, a gente fez a pergunta: quem concordava com o tipo de projeto que estava sendo feito, ninguém levantou a mão, ou seja, ninguém concorda com o tipo de projeto que está sendo feito daquela obra da macrodrenagem, senhor Presidente. É uma obra que não levou em conta a população, não levou a natureza em consideração. A gente viu a licença que foi dada apenas pela SEMA, não temos licença da ADEMA, não temos outros órgãos fiscalizando aquela obra que vai influenciar diretamente no Rio Vaza-Barris. Está sendo construída uma estação de tratamento de esgoto dentro do mangue, então, são coisas que a gente não pode aceitar, senhor Presidente. São coisas que a gente não pode fingir que não estão acontecendo, a população está muito preocupada, os marisqueiros, os pescadores, que já estão sem acesso, já estão vendo a quantidade de peixe, a quantidade de marisco diminuir na região ali do rio Vaza-Barris, estão com medo do turismo, estão com medo de poluir o único rio limpo que a gente tem. A gente sabe o que aconteceu com o rio Sergipe, com o rio Poxim, por conta das ligações irregulares de esgoto que param no canal, e a gente corre o risco de fazer a mesma coisa no único rio limpo que a gente tem. É muito preocupante, a gente se colocou à disposição da população daquela região para que a gente possa se unir e, de fato, levar isso para o Ministério Público Federal, mostrar, de fato, o que está acontecendo, porque foi vendido como uma obra de desenvolvimento sustentável para aquela região, para aquelas pessoas, e não é nada disso. A gente sabe que é uma obra para levar especulação imobiliária para uma área e esquecer aquela população, os seus modos de vida tradicionais que existiam ali. E a gente precisa repensar esse modelo de desenvolvimento. Foi muito falado sobre plano diretor, que nosso plano diretor não é atualizado. Mas mesmo o nosso plano diretor não sendo atualizado, ele não está sendo respeitado. A gente tem lei que diz que para sair o alvará de construção precisa ser aprovado o RIVI com audiência pública. Isso não está acontecendo. O RIVI está sendo feito depois. RIVI é relatório de impacto e vizinhança. Estudo de impacto ambiental está sendo apresentado com empreendimento com 30% concluído. Isso não pode acontecer. A gente precisa, sim, de desenvolvimento para aquela região, mas precisa que seja alinhado com o meio ambiente. Então, fica essa minha reivindicação, estaremos avançando nessas demandas junto com o Ministério Público Federal, para que a gente possa ouvir a população. Está sendo levado asfalto para as ruas ali das zonas que são dos povoados, que está com o rio de um lado e o mar do outro. A gente vive umas emergências climáticas, não tem

cabimento naquela região de ruas estreitas, a gente está utilizando asfalto. A gente precisa utilizar outros métodos. A gente tem diversas soluções para a drenagem baseadas na natureza. Aí a gente está canalizando um córrego, mais uma vez, e lançando ele no Rio Vaza-Barris. Essa é a minha queixa de hoje, meu último discurso, e também fica a cobrança da revisão do plano diretor, que precisa sair o quanto antes, que próximo ano é ano eleitoral, e a gente sabe o que vai acontecer. Vai começar as audiências públicas, já vai parar tudo, e a gente corre o risco de mais um ano sem a revisão do plano. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

Próximo orador do Pequeno Expediente é o vereador Camilo Daniel do PT. Não? Declinou o vereador Camilo. Elber Batalha ausente, Joaquim da Janelinha. Declinou? Declinou. Levi Oliveira. Declinou. Vereador Lúcio Flávio. Desculpa, professor. Professor Iran Barbosa.

IRAN BARBOSA – PSOL – ORADOR

Bom dia a todos e todas que acompanham aqui mais uma sessão, possivelmente a última deste ano. Eu digo possivelmente por que, “anda e vira”, nós somos aturdidos com surpresas, às vezes agradáveis, às vezes desagradáveis. E eu quero aproveitar esse momento, presidente, para primeiro, não dá para ser diferente, começar o dia lamentando os episódios que nós vivemos no dia de ontem no Senado da República. Lamentável. Manobras urdidas na calada da noite, por atores os mais diversos, para tentar fazer aquilo que o povo não quer: anistiar quem comete crime contra a democracia. É claro que eu sei que esta novela não está vivendo o último capítulo. Nós teremos ainda desdobramentos. Teremos desdobramentos e nós vamos continuar nas ruas, sim, denunciando aqueles que fazem pactos para favorecer bandido, denunciando aqueles que dizem que são contra todo tipo de crime, mas acobertam os seus criminosos de estimação. Nós estaremos nas ruas, na tribuna, como estou fazendo agora, e em todos os espaços, denunciando esse tipo de coisa. Não se pacifica uma nação encobrendo crimes. O que nós estamos assistindo hoje ainda é desdobramento do que nós vivemos lá atrás. Sim, no golpe militar que instaurou uma ditadura em 1964, para ao qual não se condenou os seus organizadores, e o que é estimulante para que continuem perpetrando crimes contra a democracia. Precisamos levar a sério o que está acontecendo. Mas quero também aproveitar essa oportunidade, no dia de hoje, para agradecer à minha assessoria, agradecer aos funcionários aqui da Casa, agradecer aos colegas parlamentares pela convivência nesse ano, um ano difícil, um ano

puro, um ano com muito enfrentamento, com muita disputa, mas também um ano de muita produção legislativa. Eu acho que a Câmara Municipal de Aracaju encerra o ano de trabalho com um saldo positivo em termos de produção legislativa, em termos de construção. Foi um ano também de aprendizado para uns, de aprofundamento de experiência para outros. Agora, eu quero só dizer que a expectativa que tenho é que nós consigamos, cada vez mais, aprimorar as intervenções, as relações internas, com base no nosso regimento, que preza o trato urbano, o respeito quando nos dirigimos aos outros colegas, quando nos dirigimos às autoridades constituídas. Nós precisamos ser espelho daquilo que queremos que a sociedade veja como reflexo de coisas positivas. Eu sei que, às vezes, o desafio do dia a dia nos imprime para outros caminhos e a gente precisa ser muito vigilante. Temos que ser muito vigilantes. Quero dizer também, ao encerrar este ano legislativo, que sou muito agradecido àqueles que me apoiam, que me acompanham e que têm visto o resultado da produção legislativa, dos debates que nós trazemos para cá, das audiências públicas que realizamos, das iniciativas legislativas que trouxemos para casa. Um ano muito produtivo em termos de indicações, porque avaliamos que era um ano para nós fazermos o diagnóstico da cidade, que estava e continua com muito problema, e a gente precisa ir resolvendo todos esses problemas. Espero ter contribuído para a administração ao apresentar esse conjunto grande de indicações. Foi um conjunto muito grande de indicações, fruto de visitas pessoais, mas também da nossa assessoria e também de denúncias da população, de pedidos que a população faz através de redes sociais e de outros canais. Então, um ano de um trabalho muito intenso, um ano em que apresentamos projetos de lei, apresentamos aqui requerimentos, apresentamos indicações, moções, usamos todo o instrumental que está à disposição de um parlamentar para fazer valer a nossa caminhada nesse ano de 2025. Realizamos audiências públicas, realizamos aqui sessões para debater temas de interesse da população, e interferimos de forma muito incisiva sobre os temas que eram trazidos aqui para Casa. Quero dizer que essa é a tarefa do parlamentar e da parlamentar que tem compromisso com o mandato que o povo lhe dedica. Aproveito, enfim, para desejar um Natal cheio de alegrias para os aracajuanos, sergipanos, para todos nós, brasileiros e brasileiras, para o mundo, não é? A gente precisa. O Natal tem uma mensagem de renovação e desejar um 2026 não só próspero, mas cheio de realizações, de alegrias, de conquistas para o povo brasileiro e, sobretudo, de superação das grandes dificuldades que enfrentamos. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

Pela ordem, vereadora Selma França.

SELMA FRANÇA – PSD – PELA ORDEM

Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria que na sessão do dia de hoje fosse colocado o nome de Noah Ravi. É o filho do nosso vereador Binho, que está completando um ano de idade e que já se mostra que o futuro dele é ficar no lugar do pai. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

Deferido o pedido de Vossa Excelência, vereadora. Com a palavra, o excelentíssimo vereador Joaquim da Janelinha.

JOAQUIM DA JANELINHA – PDT - ORADOR

Bom dia, vereador, presidente em exercício, vereador Sargento Byron, bom dia a todos que acompanham a mesa, bom dia a todas as vereadoras, todos os vereadores, servidores dessa Casa, todos que nos acompanham na Galeria e, também, através do trabalho da TV Câmara. Quero utilizar esse Pequeno Expediente, o último desse ano legislativo, para fazer um agradecimento, um agradecimento muito especial. Pode passar o vídeo, Paranhos. (*Exibição de vídeo*). Obrigado, Paranhos. Ok. Gente, aí é o encerramento do Projeto Mais Saúde, projeto que é nosso, um projeto do Conjunto Augusto Franco, um projeto no bairro São Conrado, no Paraíso do Sul e também na Areia Branca. Então, ontem, no Gonzagão, realizamos o encerramento desse ano, agora vamos entrar em recesso. Então, quero agradecer a todos que fazem parte do projeto, todos do Augusto Franco, em nome da professora Joelma, todos do bairro São Conrado, em nome da professora Paula, todos do Paraíso do Sul, em nome do professor Theo, que foi o nosso primeiro projeto, foi no Paraíso do Sul, mais de 6 anos lá no Paraíso do Sul, praticamente todos os dias, e, também, na Areia Branca, que iniciamos esse ano esse projeto, em parceria com o Elmo, e em nome da professora Ellen, quero agradecer a todos. São parceiras, amigas que convivem conosco durante todo o ano e ontem fizemos esse grande encerramento. Não pude estar presente, como um grande torcedor do Flamengo. Fui assistir ao jogo do Flamengo e, infelizmente, um pouquinho triste, que era para ser o nosso título mundial ontem. Mas quero parabenizar todos os professores, meu amigo Pepeu, que todas as quartas-feiras também está com o nosso projeto ali na Praça dos Correios. O Pepeu que tem um grande projeto também na praça do final de linha, um projeto de funcional, um grande amigo, um grande parceiro também. Então, a todos que

fazem parte desse projeto, desejo muita saúde, muita paz e que continuem acreditando. A partir do próximo ano, as nossas camisas também serão entregues logo no início e vamos retornar, com fé em Deus, a partir do dia 19 de janeiro. Quero também parabenizar toda esta Casa, no dia de hoje, pela votação que foi histórica, uma votação ontem aqui, o reconhecimento de todas as categorias. Em nome desta Casa, quero parabenizar também o Secretário de Finanças, Sidney Thiago, um grande amigo também, e todos os vereadores pela contribuição. Em especial também, a prefeita Emília Corrêa, que fez história. Emília conviveu conosco aqui durante 4 anos na última legislatura, conhece a realidade do sindicato, passou por diversas negociações e poderia até adiar esse reajuste, poderia dizer que tinha pouco tempo para avaliar todas essas reivindicações do sindicato, mas não. Emília, como sempre, corajosa, sempre com vontade de acertar o mais rápido possível, faz agora no primeiro ano e a partir de janeiro. Então, servidores do magistério, agentes de saúde, endemias, todos pela luta, vocês estão de parabéns e a prefeita, em especial, pela coragem de apresentar, no seu primeiro ano como gestora, já o reajuste de tantas categorias importantes, assim como os agentes de trânsito da SMTT, guardas municipais, enfim. Parabéns, Emília, parabéns pela coragem, parabéns pela vontade e parabéns pela entrega. Para finalizar, aproveito para fazer o convite a todos, através da nossa emenda em parceria com a Secretaria de Turismo, no dia 23, estaremos ali na Praça do Francão, uma noite de Natal muito linda, o desfile Natalino. Então, dia 23, terça-feira, vocês são os nossos convidados, a partir das 19 horas. A todos, uma excelente Sessão.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

Com a palavra, o vereador Levi Oliveira, do PP. Declinou? O deputado Venâncio Fonseca, o ex-deputado Venâncio Fonseca, representa aqui na nossa Câmara. Seja muito bem-vindo, Venâncio. Levi declinou. Lúcio Flávio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – ORADOR

Bom dia, senhor presidente, vereador Sargento Byron, em seu nome quero cumprimentar todos que estão hoje fazendo parte dessa última sessão da Câmara de Vereadores desse ano legislativo. Quero cumprimentar os servidores, os nossos assessores que nos acompanharam ao longo desse ano, desse exercício parlamentar. Agradecer também a presença da população, agradecer a presença de Márcia Vitorino, Zimmerman, que está ali conosco, os servidores da Guarda Municipal. Quero agradecer a quem nos acompanha ao vivo pela TV Câmara e começar parabenizando o Padre Marcelo. Fui ontem participar da última celebração de missa confraternização – “Eu sou o alvo”.

Impressionante! Constâncio Vieira lotado de fiéis ali, os meus irmãos católicos, uma missa linda, a missa da cura, a última do ano. Parabéns! Ano que vem ele está criando uma meta para fazer no Batistão. Um abraço aí, meu querido amigo, Padre Marcelo. Estava a caminho para cá, viu Levi? Você que é meu vizinho, estava vindo para a Câmara, aí no meio do caminho todo “empaletado”, quem eu olho? Prefeita Emília no meio do canteiro – Oxente, o que é isso?! Inauguração, ordem de serviço, reforma ali do viaduto, o elevado ali perto da nossa casa estava despencando, as placas estavam caindo ali, abandonadas pela gestão passada, a mulher não para. Impressionante como é imparável. Parei, fiz questão de registrar ali. Mais uma ordem de serviço, mais uma entrega. É impressionante. Essa mulher não para, não. Enquanto tiver ano de 2025, tem entrega, tem entrega. Parabéns, prefeita Emília Correia. Quero já concluir. Eu queria pedir um vídeo, aí me dirigindo à fala do professor Iran sobre a dosimetria. Coloca aí o vídeo (*Exibição de vídeo*). Renan Calheiros anunciando que o governo Lula negociou aprovar a dosimetria para aumentar imposto para o povo. Parece que o Lula não tem tantas convicções assim, aliás, vende as próprias convicções para a sanha arrecadatória que é insaciável. Quanto mais arrecadar e cobrar imposto do povo, melhor. Bom, eu quero lamentar, queria pedir a atenção dos meus amigos vereadores. Põe esse vídeo aí, por favor. Queridos colegas vereadores, queria que vocês assistissem a esse vídeo aí. “Quando eu mando, os vereadores obedecem”. A fala diz assim, câmara no bolso! No bolso. Eu até já acharia ruim, presidente Ricardo, se esse rapaz dissesse assim, a Câmara está no colo, está as mãos na coleira, já era ruim, já é péssimo se dissesse que a gente estava na coleira. Mas a expressão utilizada foi bolso. A Câmara pega o papel da imagem institucional da Câmara de Vereadores, amassa a imagem institucional e coloca no bolso. Seria ruim se dissesse que a gente está no colo, está na coleira, mas no bolso. Isso quer dizer que os 26 vereadores dessa casa se venderam por algum real. 26, tem aqui ali a imagem da Câmara de Vereadores. Um rapaz que não presta serviço a órgão de imprensa nenhum, não está ligado a jornal, a televisão, o rádio, e se presta ao papel de apresentar para a opinião pública, joga no ventilador, solta que esta câmara está no bolso. O que seria estar no bolso? Eu acho que esse rapaz, ele vai ter que... Cabe o ônus da prova a quem acusa. Eu quero saber quem foi que recebeu aqui para votar ontem. E quanto foi? E quem pagou? E se não recebeu? Se nenhum dos 26 vereadores recebeu, se não está no bolso da prefeita, esse rapaz que paga de jornalista, mas não está vinculado a órgão de imprensa nenhum, às vezes quer dar carteirada de imprensa, mas não está ligado a jornal, não está ligado a revista, se arvora de um Instagram, para atacar com deboche toda a casa legislativa de

Aracaju, todo o parlamento, usa a imagem institucional da Câmara, a massa, bota no bolso e diz, vereadores estão no bolso da prefeitura, no bolso! Que bolso? O que você quer dizer com bolso? Você vai ter que provar. Porque aqui nós temos família, nós temos reputação. Os nossos eleitores vão achar o quê? Os eleitores de Vossas Excelências vão achar o quê? E ali se incluem os vereadores de oposição, porque ali foi a casa inteira. Os vereadores de oposição receberam também? Os 26 vereadores? O meu repúdio.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

Com a palavra, o vereador Maurício Maravilha do União Brasil, declinou. Miltinho Dantas do PSD declinou. Pastor Diego declinou. Professora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – ORADORA

Bom dia, quero aqui começar fazendo minha autodescrição para as pessoas cegas e de baixa visão. Sou uma mulher de estatura média, cor de pele branca, cabelos cacheados, na altura do queixo. Uso óculos vermelhos, estou hoje com o diadema. Tenho uma roupa jeans, blusa e saia, um blazer ocre e estou também aqui com um colar amarelo, preto e dourado. Para todos os servidores, servidoras, trabalhadores, a quem está aqui na galeria, você que está nos acompanhando, eu quero começar, nessa manhã de hoje, fazendo aqui, trazendo a nossa reflexão sobre o que vem acontecendo com as obras de macrodrenagem nos bairros da Zona Sul de Aracaju. É absurdo como o projeto avança sobre lagoas, avança sobre o mangue, avança sobre o rio, destruindo, inclusive, comunidades tradicionais e ameaçando a vida das pessoas. Ontem, nossa assessoria esteve presente para discutir, ouvir a população, foi uma audiência bastante participativa com pessoas que vivem, moram e estão sentindo na pele os problemas no dia a dia de todos os bairros daquela região. Então, nosso repúdio. Dizer que a nossa ação vai continuar, inclusive junto ao MPF, passamos o ano inteiro fazendo esse debate no MPF e vamos avançar. Quero também aqui homenagear as catadoras de mangaba de Sergipe, que, a semana passada, realizaram mais um encontro em busca da melhoria da geração de renda e na defesa dos territórios extrativistas. E aqui lamentar publicamente que estamos chegando ao final do ano e até agora as catadoras de mangaba do bairro Santa Maria ainda não têm o decreto que vai fazer todo o processo de participação paritária da gestão da reserva extrativista. Até hoje não saiu do gabinete aquilo que foi colocado e comprometido pela prefeita, que era uma gestão paritária. Então, nós vamos continuar na luta. Infelizmente, chegamos ao final do ano sem a garantia desse direito. Quero aqui também aproveitar esse momento para agradecer a todas as pessoas, funcionários e

funcionárias da Câmara, que nos acolheram e que trabalharam em todas as áreas para que o nosso trabalho aqui como vereadora estivesse sempre na ordem do dia, sendo atualizado, sendo repassado para a população da forma mais profissional possível. São vocês que alimentam todos os dias o nosso trabalho e nos dão a esperança que a gente precisa para continuar lutando por democracia e pela garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Quero também agradecer a equipe nossa de trabalho que também diuturnamente tem dedicado suas vidas a defender uma mandata popular, um trabalho colado às necessidades da população aracajuana e, porque não dizer também, sergipana, porque as nossas pautas, elas não são pautas só do município de Aracaju, como acesso à água, à luta contra a privatização dos serviços em todas as áreas. Nossa mandata este ano, nossa “gabinete” trabalhou seriamente, não só com indicações, com projetos de lei que muitos nós pedimos agora para entrar em regime de urgência porque eles não vieram a tempo, ficaram retidos na própria comissão, que eu também faço parte, sem os pareceres em tempo hábil. Quero aqui também fazer essa reclamação pública dos nossos colegas nesse sentido, quando não emitem seus pareceres em tempo hábil. E aí prejudica a aprovação de projetos que vão favorecer a classe trabalhadora. Quero também dizer que nós tivemos uma atuação na CPI das multas de trânsito que foram agora apresentadas em relatório final e não descolamos o nosso mandato, nossa mandata da realidade, trazendo as denúncias e também contribuindo para a solução dos problemas. Para além das emendas parlamentares diretas e indiretas, nós também anunciaremos nas nossas redes sociais a destinação dos recursos públicos para atender a população de forma geral aracajuana. Quero agradecer a toda a população que tem construído conosco esse trabalho, que tem apoiado as nossas lutas e que tem trazido também as suas demandas. Quero desejar a todas as pessoas um Natal com muita coragem, com muita paz, com saúde, que a fé e a esperança nunca hão de nos faltar. E meu apoio aqui ao Padre Júlio Lancellotti por tudo que vem sofrendo neste período de ataque contra a própria parte conservadora da Igreja Católica, que vem impedindo a atuação do Padre Júlio Lancellotti. Padre Júlio Lancellotti é um dos maiores exemplos...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Eu não vou falar, eu vou declinar. Vereador Rodrigo não está. Vereador Sávio vai declinar. Vereadora Selma vai falar? Fale rapidinho.

SELMA FRANÇA – PSD – ORADORA

Parabenizar o Hospital Santa Isabel na pessoa do diretor-presidente, que ontem inaugurou a ala da pediatria. Parabéns ao hospital, a essa equipe tão comprometida. E que eu não pude ir, já me justifiquei a ausência, não estou cumprindo a agenda, só aqui mesmo. Mas parabéns a todos, é mais uma conquista para o povo de Aracaju, para o povo de Sergipe.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Selma, essa não é à parte, não. Já terminou?

SELMA FRANÇA – PSD – ORADORA

Posso continuar?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pode.

SELMA FRANÇA – PSD – ORADORA

Mas se o senhor quiser falar, meu Presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

É só para todos saberem que aquela área pediátrica é das nossas emendas.

SELMA FRANÇA – PSD – ORADORA

Sim.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Deixar bem claro para a sociedade. O Hospital Santa Isabel está chegando aonde está chegando, Hospital São José, Universitário, Cirurgia, graças às emendas da Câmara de Vereadores de Aracaju. Vamos em frente.

SELMA FRANÇA – PSD – ORADORA

É bom lembrar. Assim como o Fernando Franco, segundo a minha colega Sonia. Muito bem, Sonia. Essa Casa, com o mesmo pensamento, voltada sempre para a saúde e para a comunidade da nossa grande Aracaju.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos lá, Selma.

SELMA FRANÇA – PSD – ORADORA

Fui ver se precisava desapartar, porque o negócio aqui não está fácil, os ânimos. Agradecer pelo ano que tivemos aqui nesta Casa. Foi um ano de sucesso, foi um ano de lutas, foi um ano também de algumas derrotas, não é, amiga Sonia? Mas isso faz parte do Parlamento. Agradecer a todos os funcionários desta Casa, que, desde o primeiro dia que pisamos, eu fui muito bem acolhida, todos sempre com sorriso, a equipe também dos meus colegas que sempre muito assim, ó, sorridente, olha para as meninas como são, ó, está vendo? Então isso faz parte do nosso dia a dia. Desejo a todos um feliz ano novo e um Natal de muita paz. E lembrando que ontem fez um ano que fomos diplomados. Mas é que ontem os ânimos estavam tão assim que até isso caiu no esquecimento. Mas parabéns a todos que estavam presentes e que completaram ontem um ano e hoje estão aqui cumprindo com o nosso dever, com a nossa obrigação para a população de Aracaju. Meu muito obrigado a todos. Que Deus nos abençoe e que o próximo ano seja de mais conquista, seja de mais vitória para o povo de Aracaju. Vamos à luta porque o povo tem pressa. Obrigada, senhor Presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Parabéns, Selma. Parabéns. Um ano de 2026 muito produtivo para a gente. Vamos lá, Lúcio, pela ordem.

LÚCIO FLÁVIO – PL – PELA ORDEM

Pela ordem, senhor Presidente, muito obrigado. Só para complementar a informação da vereadora Selma, bem lembrado, ontem tinha foto dos vereadores sendo divulgadas nos corredores da ala pediátrica que foi inaugurada, foto divertida, que era um tema infantil, mas a minha assessoria acabou de me informar que o jornalista que fez esses ataques à Instituição, podem ser considerados até ataques antidemocráticos, ele foi comissionado a me passar aqui da gestão Edvaldo Nogueira. Não vou expor salário nem cargo, é apenas um fato relevante para talvez...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

O Vitor do “Fato Sergipe”, era comissionado de Edvaldo? Eu o vi também com Candisse no evento de Rogério.

LÚCIO FLÁVIO – PL – PELA ORDEM

Faz colaboração com a Candisse, faz muitos acenos de apoio ao vereador Elber Batalha, líder da oposição. Então era só para fazer um complemento. Não vou entrar em

detalhes da vida pessoal, não nos interessa, mas acho que foi um ataque a essa Instituição, um ataque que pode ser considerado um ataque antidemocrático contra essa Casa institucional. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos continuar o pequeno, vereador Sargento Byron. Fábio, pela ordem.

FÁBIO MEIRELES – PDT – PELA ORDEM

Só porque o Lúcio citou o nome de Elber Batalha numa publicação que teve, pelo que eu entendi, ele estava discursando de Vitor.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Não entendi nada. Não entendi.

FÁBIO MEIRELES – PDT – PELA ORDEM

O nosso colega Lúcio Flávio usou um momento estranho que eu não entendi qual é, talvez pela ordem que Vossa Excelência concedeu.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD:

Agora?

FÁBIO MEIRELES – PDT – PELA ORDEM:

É, agora. Ele citou o nome de Elber Batalha, líder da oposição, vinculou com a publicação de Vitor porque foi nomeado por Edvaldo. Aí começa um conflito desnecessário entre situação e oposição e Elber não está nem aqui para se defender. A gente está na última sessão, nós estamos na última sessão, uma coisa pacífica. Se a Casa, na sua pessoa, irá entrar com qualquer vereador, com ação contra a Vitor, direito de cada um fazer isso. Essa Casa já foi atacada e vai continuar sendo atacada. Cada um recolhe do jeito que for. Agora, com uma indelicadeza no momento desse, que Elber não está nem aqui para se defender durante a sessão.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Eu acho, Fábio, que a liberdade de expressão, ela tem que prevalecer sempre. Mas o Vitor é de uma inteligência, acho bacanas as postagens dele, assim, bem... é interessante, nunca me incomodei com nada, mas, de fato, quando ele amassou a foto da Câmara e botou no bolso, ele fez uma insinuação um tanto quanto indelicada. Mas eu não vou entrar com ação judicial jamais, mas, de fato, eu acho que caberia um pouco mais de respeito

com a gente, porque qualquer resultado de votação aqui não tem nada a ver com dinheiro. Vossa Excelência não vota por dinheiro, Sonia não vota por dinheiro, eu não voto, ele não vota, ninguém aqui nunca votou por dinheiro, então, esse tipo de insinuação é chato, por isso que eu compreendo a chateação de Lúcio Flávio, mas eu tenho até o contato, vou ligar para ele, para pedir para ele...

FÁBIO MEIRELES – PDT – PELA ORDEM

Estou interagindo nesse momento estranho da Casa, mas veja, a Casa, essa semana eu passei um vídeo da vereadora Emília Corrêa, enquanto vereadora. E ela falou ali um termo que eu não vou utilizar mais, mas está gravado no vídeo ali. Mais pesado do que qualquer pessoa de fora falar é o de dentro, que sempre colocou em xeque as nossas votações e o nosso posicionamento. Vossa Excelência não estava aqui nessa Casa ainda não, ainda. Mas Emília subiu na tribuna, no empréstimo, primeiro empréstimo de 2017. Ela batia a mão no bolso aqui.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Não está correto também.

FÁBIO MEIRELES – PDT – PELA ORDEM

“O pau que dá em Chico dá em Francisco”. Agora, assim, veja, se Vitor está certo ou errado, aí é uma coisa que Vossa Excelência ou qualquer vereador poderá pautar, sem problema nenhum. É só isso que eu quero dizer, não estou fazendo defesa de nada, para daqui a pouco não estar me colocando aí, Fábio Meireles, ele está defendendo quem atacou a Casa. Só a justiça.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD:

Eu não vou conceder mais pela ordem, eu não vou conceder agora, não, Sonia, que o Vereador está na tribuna, quando ele terminar, eu concedo a você. Vereador Sargento Byron.

SARGENTO BYRON – MDB – ORADOR

Bom dia, senhor Presidente. Bom dia, colegas Vereadores e Vereadoras. Bom dia aos assessores dessa Casa, a todos os técnicos, jornalistas, pessoas que nos acompanham pela TV Câmara e todos os meios de comunicação. Eu subo na tribuna hoje para primeiro, parabenizar o professor Iran Barbosa pelo discurso que ele fez aqui pela manhã. Eu subscrevo o discurso de Vossa Excelência, professor Iran, no sentido de que a urbanidade

deve permanecer entre as relações estabelecidas entre os parlamentares, entre todos aqui, para que a gente consiga produzir o melhor para o povo de Aracaju sempre. É importante que a gente se respeite cada vez mais. A gente está aqui no último dia, eu acredito, dos trabalhos de 2025 e reconhecendo a importância de todos os debates que travamos aqui. E eu acredito na representatividade que todos nós temos pela parcela da população de Aracaju. Então, se a população nos elegeu é para que a gente possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento social da nossa cidade. Cada um aqui representa, muito bom, vereador Breno. Cada um aqui representa parte do povo de Aracaju, os interesses que a população quer, que todos os serviços públicos sejam entregues com qualidade, vereador pastor Alex. É importante que a gente trabalhe focado no que o povo precisa, que os serviços sejam entregues com qualidade, que a nossa cidade, ela chegue e entregue o correspondente aos impostos, que a população paga, porque os serviços públicos são realizados pelos impostos que aqui pagam os nossos salários e os serviços públicos. Então, aqui, a minha fala de hoje é para dizer que estou muito feliz no ano de 2025, nas relações que aqui estabelecemos, que a gente possa aprimorar ainda mais, nos respeitar ainda mais, porque quem ganha é o povo e quem ganha com isso somos todos nós. Cada um aqui desempenha e defende pautas, ideologias, bandeiras, mas o que a população espera da gente é que a gente trabalhe cada vez mais, Vereador Lúcio. Que a gente se empenhe em desempenhar o nosso papel aqui da melhor maneira possível. Então, como a gente pode não se ver mais, eu desejo um Feliz Natal a todos, todos os vereadores, todos os técnicos, todo mundo que acompanha a Câmara Municipal de Aracaju, aos servidores públicos. Queria agradecer aos nossos assessores, que trabalham muito para que o nosso serviço seja entregue da melhor maneira possível, então aqui eu queria mandar um abraço a todos que acompanham o nosso mandato. Todos os nossos amigos. Toda a população de Aracaju que, através das redes sociais, consegue chegar até os vereadores para cobrar, vereadora Selma, o que eles acreditam que a gente pode ajudar a solucionar e resolver esses problemas. Todos os dias eu acredito que cada um de nós aqui recebe demandas através das redes sociais, de problemas da nossa cidade, acreditando que o mandato é resolutivo, que os mandatos são para isso mesmo, para que aproxime a população do Poder Público e os problemas sejam resolvidos. Então, senhor Presidente, queria aqui agradecer o senhor pela confiança que tem nos dado, nos deu ao nomear como presidente da CPI da SMTT, que foi entregue com bastante qualidade, graças aos colegas vereadores. Queria, mais uma vez, agradecer à professora Sonia Meire pelo compromisso que teve com a CPI, vereador Fábio, vereador Lúcio, todos que

compõem, vereador Pastor Diego, que foi o relator, que eu sei que teve muito trabalho para entregar aquele relatório de muita qualidade, apontando os problemas que encontramos junto a essa CPI. No mais, queria agradecer aos novos colegas que chegaram no começo do ano. Foi muito bom esse ano com vocês, Levi, Alex, todos os outros aqui. Excelente sessão para todo mundo.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Pela ordem, professora Sonia.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – PELA ORDEM

Eu gostaria de dizer que nós não podemos ligar publicações jornalísticas diretamente aos vereadores. Cada jornalista que administra o seu perfil, ele tem responsabilidade ou ela tem responsabilidade pelo que é veiculado. Então, no momento que se veicula aqui, que se liga, vincula a publicação do jornalista, não estou exercendo nenhum juízo de valor, mas de forma negativa e vincula isso ao vereador Elber, isso não pode acontecer aqui. Eu queria deixar registrado que eu não aceito e acho que a Câmara não deve aceitar nenhum vereador esse tipo, a não ser que o vereador fosse, que ele fosse assessor direto do vereador e aí caberia ao vereador também ter a sua posição sobre o que é veiculado. Então, é isso que eu gostaria de deixar registrado para que nunca mais aconteça. Obrigada.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Vereador Joaquim.

JOAQUIM DA JANELINHA – PDT – PELA ORDEM

Pela ordem, senhor presidente. É pra, mais uma vez, registrar a presença do deputado Venâncio aqui na nossa Casa. Seja bem-vindo, Venâncio. E também registrar a presença do comandante da guarda, Ricardo Silva, um grande amigo, para te parabenizar, meu irmão, pelo trabalho que a guarda municipal vem realizando aqui em Aracaju. Continue assim. Parabéns, meu irmão. Seja bem-vindo.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Exatamente, vereador Joaquim, deixar um abraço no ex-deputado Venâncio, Secretário Especial de Articulação Política do nosso Estado, figura importantíssima para a política. Venâncio, saúde e vida longa, meu amigo. Continua novo, não é? Um abraço também ao Ricardo, que está acompanhando aqui conosco a votação.

A Sessão está suspensa. Reaberta a Sessão. Vamos à Ordem do Dia.

Pauta da 112ª Sessão Ordinária.

Para leitura bíblica, professor Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL – LEITURA BÍBLICA

Pois não, Senhor Presidente. A técnica pede um segundinho aqui para que nós possamos fazer a leitura, mas poderia... já estamos lá com ela. Extraída de Salmos 86:5, “Pois tu, Senhor, és bom e pronto a perdoar e abundante em benignidade para todos os que te invocam”.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Amém. Vamos fazer a recomposição de quórum rapidinho? Vamos lá, temos 16. Lúcio, você vai registrar o quórum? Binho, registre o quórum. Camilo não está. Fábio Meireles. Vamos lá, vamos dar início.

Começando com o Projeto de Lei Complementar nº 04/2025 de autoria do vereador Lúcio Flávio. Primeira votação. (Leu). Faltando parecer na Comissão de Justiça, pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Senhor Presidente, já discuti esse assunto de forma até exaustiva com outros colegas. A nossa posição é de que não havia uma decisão terminativa do Supremo Tribunal Federal ou vinculante, no nosso entendimento, que proibia o caso de estar em discussão, há uma liminar. Mas, até então, não há posição oficial reconhecendo a ilegalidade. Tendo em vista esse argumento apresentado, eu voto pela tramitação. Como vota o vereador Anderson de Tuca?

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Pela tramitação.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Como vota a vereadora Sonia Meire?

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Eu não voto com o relator, pela não-tramitação dele.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ad hoc, como vota o vereador pastor Alex?

ALEX MELO – PRD – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Eu sigo o relator, senhor presidente.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ad hoc, Vereador Binho?

BINHO – PODEMOS – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Com o relator, senhor presidente.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Aprovado, presidente, na Comissão.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos à Comissão de Administração e Obras, Vereador Maurício.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Eu voto pela tramitação. Como vota o vereador Sávio?

SÁVIO NETO DE VARDÓ – PODEMOS – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Sigo o relator, senhor presidente.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Como vota o vereador Soneca?

SONECA – PSD – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Como o relator, senhor presidente.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Como voto o vereador Pastor Alex?

ALEX MELO – PRD – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Eu sigo Vossa Excelência.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Como vota *ad hoc*, o vereador Levi?

LEVI OLIVEIRA – PP – MEMBRO *AD HOC* DA COMISSÃO DE OBRAS

Como o relator, senhor presidente.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA COMISSÃO DE OBRAS

Aprovado na Comissão de Administração.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Certo. O projeto está em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Sonia.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Eu quero discutir porque nós tínhamos, da vez passada, proposto que ele tramitasse. E aqui nós fizemos um debate de que ele não tinha condições de ser aprovado. Inclusive os projetos, foram vários projetos apresentados agora, e foi suspenso, não foi adiante. Então nós vamos votar em algo que não vai incidir diretamente aqui sobre a carreira, que é um dos principais objetivos da Guarda Municipal com esse conceito de polícia inserido na sua carreira. Então, eu conversei com os agentes, eles sabem a minha posição, não sou contrária, muito pelo contrário, à garantia do direito. Mas fazer uma votação para algo que está ainda em discussão, que o projeto foi suspenso, que não há nenhum debate aprofundado hoje que garanta esse direito, inclusive para aposentadoria especial, porque essa é uma questão importante, levando em consideração que a carreira precisa ser reestruturada a partir das determinações daquilo que foi colocado pelo próprio STF. Nós precisamos fazer algo que, de fato, garanta a conquista desse direito para a Guarda Municipal, para os agentes de segurança nos municípios. Até porque tem casos

que estão sendo também contestados. E aprovar esse projeto, por aprovar, sem ter uma substância que, de fato, garanta o direito, é colocar, inclusive, a própria administração numa situação que poderia evitar esse tipo de constrangimento. Então, por isso é que eu votei contrária à tramitação nesse momento, para que a gente pudesse esperar o momento em que, de fato, esse projeto, em âmbito federal, terminasse a sua votação a partir de diferentes propostas, e nós tivéssemos uma consciência e uma legitimidade aqui maior para aprovar esse projeto para a conquista dos direitos. Fazendo um debate, inclusive, com a Guarda Municipal, um debate bastante importante, que é a própria concepção do conceito de polícia, como nós já fizemos isso em uma audiência pública, e avançar. A construção da segurança pública precisa avançar conceitualmente para que ela possa avançar também no âmbito dos direitos da segurança pública no nosso município e no nosso país.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Lúcio, para discutir.

LÚCIO FLÁVIO – PL – DISCUTINDO PROJETO

Bom, primeiro, eu quero só fazer uma correção à fala da vereadora Sonia. A Comissão de Constituição e Justiça já pacificou esse assunto no âmbito judicial. Pronto. No âmbito da esfera federal, o relator já pacificou a questão da nomenclatura. Hoje, há uma discussão se será Polícias Municipais apenas para municípios acima de 100 mil habitantes, que é o caso, que em Aracaju tem muito mais do que isso, então, isso já está superado a questão da nomenclatura. E as questões que estão sendo tratadas nessa PEC são outras. Então, a prefeita Emília Corrêa já anunciou que já está na expectativa da aprovação desse projeto. Inclusive, quando sancionou a lei da Secretaria de Segurança, ela já anunciou, inclusive, na presença de muitos vereadores aqui, o vice-presidente da Casa, pastor Diego, estava lá nesse momento. Então, esse é um assunto da nomenclatura que já está superado, por isso a gente está tratando da primeira votação aqui. E eu gostaria de contar com o apoio dos vereadores, já registrando a presença do presidente do Sindicato, SIGMA, que está aqui conosco, Éder, e o comandante da Guarda Municipal, agradecendo a presença de Ricardo Silva. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Professor Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Presidente, eu quero pedir só um instantezinho para esclarecer aqui uma dúvida que acho que, na Comissão de Justiça, com toda a vênia à decisão da Comissão de Justiça, nós precisaríamos ter esclarecido. Veja, trata-se de um Projeto de Lei que incide sobre a definição de carreiras no Município de Aracaju, modificando, a sua nomenclatura, inclusive. Ou seja, à luz da Lei Orgânica, aliás, à luz da Constituição Federal, à luz da Lei Orgânica, à luz do nosso Regimento, esse Projeto, ele tem um vício original, que é o vício de competência. Esse Projeto, para nascer, ele teria que nascer da lavra do Poder Executivo, porque trata de carreira do serviço público. Então, eu quero discordar, muito respeitosamente, da decisão tomada na Comissão de Justiça e Redação, que não abordou esse vício. E quero, Presidente, dizer que, dessa forma, nós vamos estar abrindo um precedente muito sério. Eu tenho uma série de questões que quero começar aqui na Casa, mas quando me submeto aos ditames da Constituição, da Lei Orgânica, do Regimento, e não tomo a iniciativa porque, objetivamente, são iniciativas que têm que partir do Poder Executivo. Para mim, essa é uma delas. Aliás, aqui nós já tivemos outras. Eu acho que nós estamos começando a fragilizar na Casa, não sei se há um acordo prévio com a Prefeitura nesse sentido, com a Administração Municipal, mas vejo, nitidamente, aqui, não estou nem discutindo o mérito ainda, não estou nem no mérito, eu estou na forma, e, na forma, este é um Projeto de Lei que não podia nascer desta Casa. É flagrantemente uma tomada de iniciativa que é do Poder Executivo. Esse é o meu entendimento. E, por isso, não posso concordar com isso. Porque senão, aí, se aprovarmos, eu vou entender isso como um precedente para que qualquer colega Parlamentar, e eu inclusive, comece a tomar iniciativas aqui na Casa que são prerrogativas exclusivas do Chefe do Poder Executivo, no caso da Prefeita, e começar agora a fazer essas propostas. E não vou aceitar aqui o argumento, porque aí serão dois pesos e duas medidas, de que não tem fundamento porque a iniciativa tem que ser do Poder Executivo. A gente precisa tomar cuidado, porque fica expondo muito também a Casa. Bom! Esse é o meu entendimento. Vou votar com base nele, e o mérito eu quero discutir no momento adequado. A Vereadora Sonia está pedindo um aparte, Vossa Excelência pediu um aparte? Concedo um aparte sim a Vossa Excelência e depois à Vereadora Sonia.

PASTOR DIEGO – UNIAO BRASIL – APARTE

Agradeço a participação e as colocações do Professor Iran, Vereador. Mas, só para poder trazer, como Presidente da Comissão de Justiça, Vereador Iran, uma observação: em todos os processos em andamento sobre essa temática, não há, em nenhum, momento

nenhuma discussão em relação a vício de iniciativa. Em verdade, a maioria dos Projetos foi oriundo do Poder Legislativo, alguns foram do Executivo, mas a maioria oriundo do Legislativo, e não houve discussão do vício de iniciativa, porque o entendimento, até a gente discutiu isso aqui junto com o Vereador Elber, quando a gente o retirou de pauta, o entendimento é de que está se mudando apenas a nomenclatura, não está criando uma mudança na estrutura, na carreira do servidor. Então, nesse sentido, a única discussão que tem no Supremo Tribunal Federal é se pode se enquadrar como Polícia Municipal, tendo em vista a ausência da previsão constitucional. Então, a discussão que fez alguns Projetos ficarem suspensos lá, aguardando um posicionamento final, foi sobre essa temática específica e não se tratando do vício de iniciativa, porque se entende, até o momento, que é só uma mudança de nomenclatura e não uma estruturação ou reorganização da carreira, só para poder justificar o posicionamento da Comissão.

IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Compreendo, mas não concordo, porque veja! Vossa Excelência suspendeu em função do mérito, esse é outro debate. Eu estou discutindo aqui a forma e um vício originário, que para mim persiste. Você muda o nome de uma carreira, a designação, a nomenclatura. Isto é iniciativa do Poder Executivo. Eu quero conceder o aparte... Como terminou o tempo que era concedido ao aparte, quero conceder ao aparte a Vereadora Sonia.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – APARTE

Então, na Comissão... Obrigada pelo aparte, Vereador Iran. Na Comissão de Redação e Justiça e aqui também em Plenário, na semana anterior, que veio a debate esse Projeto, nossa questão foi exatamente a constitucionalidade dessa proposta. Porque o nome não faz sentido pelo nome. A nomenclatura polícia, que tem sido defendida, inclusive em todo o material da FENAGUARDA, é que é preciso garantir os direitos à isonomia a partir da sua função como polícia. Então, o conceito implica, sim, na reestruturação da carreira. Inclusive, eu fiz aqui essa colocação que implica, principalmente, que é de interesse da maioria, e eles não estão errados, nem elas estão erradas em defender isso. Não estou aqui querendo deslegitimar a necessidade da garantia, inclusive, da aposentadoria especial, que isso tem trazido muitos debates nacionalmente, inclusive com a PM, mas eu não vou entrar no mérito dessa questão. Tem legitimidade a pauta da Guarda Municipal, mas o que nós vamos fazer aqui, isso é inconstitucional. Por isso, esse foi o principal argumento, Vereador Iran, que nós

apresentamos na primeira discussão desse projeto. E eu conversei isso também com o Sindicato da Guarda. Não é essa aprovação desse projeto que vai mudar a realidade da Guarda e contribuir para reestruturar a carreira da Guarda Municipal a partir dos direitos reivindicados por ele. Obrigada.

IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Pois bem, Presidente. Nesse sentido, eu quero já, de antemão, colocar que, discordando do entendimento que tem a Comissão de Justiça e também entendendo a fragilidade que nós estamos dando a uma definição que interessa à categoria, porque, na verdade, isso a qualquer momento pode ser arguido como antirregimental, ferindo a lei orgânica, inconstitucional, eu vou manifestar o meu voto. Nesse caso, eu vou me abster. Vou manifestar minha abstenção porque entendo que... Eu quero aprofundar o mérito, mas entendo que há um vício de origem e sei que aqueles que compreendem o que eu estou dizendo sabem a fragilidade que nós estamos aprovando. E, inclusive, vou invocar para mim também a prerrogativa de, em outros momentos, apresentar projetos que interessam à população de Aracaju, mas que devem partir do executivo e não do parlamentar. Tenho sido muito obediente a isso até agora. A partir de agora, eu vou botar, caberá à Comissão de Justiça pagar pelo preço de dizer que o vício de iniciativa vale para uns projetos e não vale para outros. Porque, neste caso, é flagrantemente um projeto que deve ser originado a partir do Poder Executivo, porque trata da carreira de servidor público, mudando a nomenclatura. E uma mudança de nomenclatura que implica na estrutura da carreira. Porque senão estão vendendo alguma coisa errada aí para o servidor. É importante chamar a atenção. Estão vendendo alguma... Se não é para mudar a estrutura de carreira, a mudança de nome não tem significado algum. Porque o que está em jogo aí é algo muito mais profundo. Eu entendo muito bem o que está em jogo. Por isso, Presidente, declaro minha abstenção numa votação como essa.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Ok. Não havendo mais o que discutir, votação nominal. Para justificar o voto, Sonia.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL - JUSTIFICANDO VOTO

Nós seguimos aqui pela abstenção porque nós não somos contrárias e nem contrários aqui ao avanço da carreira da guarda e nós esperamos que essa propositura venha do executivo e venha junto também com a reestruturação da carreira com os ajustes

que precisam ser feitos da carreira da guarda municipal assim que a prefeitura concluir a análise junto ao sindicato dos servidores e servidoras da guarda. E aí sim, nós vamos nos posicionar aqui para defender os interesses da categoria que tanto tem prestado serviço à população aracajuana com toda a sua dedicação.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Anderson de Tuca. Camilo.

CAMILO DANIEL – PT – JUSTIFICANDO VOTO

Presidente, essa matéria aqui, ela poderia ter sido mais um consenso aqui nessa Casa, se essa Câmara aguardasse, acho que, mais algumas semanas, que era a votação que o Supremo Tribunal Federal vai fazer a respeito dessa matéria. Justamente por isso, eu declaro aqui meu voto, minha abstenção nesse caso, mas todo o meu respeito, não só à categoria da Guarda Municipal, como ao sindicato aqui que representa a categoria que está aqui presente e a nossa luta, que nós vamos continuar aqui, nós juntos com vocês, para que a gente reestruture as carreiras e fale de tantos outros direitos que a guarda também vai passar a conquistar se tornando polícia municipal. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Projeto aprovado por 17 votos, nenhum voto contrário, 3 abstenções.

Projeto de Lei nº 308 de 2025, 2ª votação, Moana Valadares. (Leu). Com emenda, faltando parecer na Comissão de Justiça.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Coloca a emenda, por favor. Mas coloca ela em tela, é importante para todos olharem. Emenda modificativa, alterando a nomenclatura para poder... Era “autorizo” e agora “institui” o programa municipal das escolas cívico-militares na cidade de Aracaju e dá providências correlatas. Eu não vejo nada que impeça a tramitação da emenda não, é emenda da própria autora, eu voto pela tramitação. Como vota o vereador Anderson de Tuca?

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Com o relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Como vota a vereadora Sonia?

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Pela não tramitação.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Como vota o vereador Isac?

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Pela tramitação.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ad hoc, vereador Soneca.

SONECA – PSD – MEMBRO *AD HOC* DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Aprovado, presidente, na comissão.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Aprovado na Comissão de Justiça, agora vamos à Comissão de Educação, vereador Professor Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente, essa emenda tenta retirar um aspecto que vinha contido no projeto ordinário, que era o caráter autorizativo que ele tinha, e passa a ter caráter praticamente mandatório a partir do momento que diz que institui o programa. Sr. Presidente, eu não sou membro da Comissão de Justiça e Redação. Sou membro da Comissão de Educação, mas quero ousar aqui, dizer que não pode ser aprovado nenhum tipo de programa que não tenha previsão no PPA, não tenha previsão na Lei Orçamentária Anual. Isso é regra do direito orçamentário. Nós estamos aqui, então, instituindo um programa no final do ano para o qual não existe previsão orçamentária. Isso não tem previsão. Então, é mais uma

vez a gente passar por cima do que o ordenamento jurídico defende para deixar tramitar um projeto na casa. E, evidentemente, eu, como membro da Comissão de Educação, quero prolatar o meu voto dizendo o seguinte: esse projeto de lei, ele introduz algo novo no ordenamento educacional brasileiro, que nós podemos chamar de pedagogia da guerra. Que não tem previsão teórica, não tem previsão acadêmica, não tem previsão científica. É um projeto que institui um currículo oculto. Quem é estudioso do currículo, aqueles que estudam um pouco sobre currículo, sabem que existe um currículo aparente e existe um currículo oculto. A pedagogia da guerra introduzida a partir desse tipo de escola, escola cívico-militar, ela aponta para alguns elementos que estão presentes num tipo de currículo oculto. Primeiro, procura propagandear a militarização da sociedade como saída à indisciplina e aos baixos resultados nos índices escolares. Então, veja, Presidente, eu vou para a tribuna, peço licença para ir para a tribuna, porque não consigo dialogar assim. Eu acho importante os colegas ouvirem, porque, vejam, o currículo oculto contido nessa proposta visa propagandear a militarização da sociedade como alternativa para problemas que não serão resolvidos com a militarização. Nós não podemos entender que a disciplina dos alunos é um problema a ser resolvido pelos militares. Isso é falso. Isso é falso. Nós não podemos entender que o baixo desempenho escolar obtido em algumas unidades de ensino, será resolvido com a sua militarização. Isso é falso. Quem vê, dessa propaganda engana. E isso está presente nessa proposta. É um currículo que a gente tem que atuar contra ele. Outra coisa, viu? É um currículo que tenta docilizar os corpos. Tenta impedir que as pessoas que frequentam as escolas possam ser sujeitos da construção da democracia, porque o objetivo é estabelecer uma hierarquia que não é típica das escolas, não é típica do mundo civil, portanto, procura docilizar os corpos e os corpos da periferia. É isso mesmo! Essa história de bater continência, de submeter à hierarquia, vale para alguns espaços que estão previstos na Constituição, mas não vale para as escolas. Isso é uma distorção e vocês precisam compreender isso. Além disso, procuram ocultar as raízes verdadeiras, verdadeiras, das desigualdades sociais. A escola, quando tem problema de indisciplina, a escola, quando tem problema de baixo desempenho escolar, ela não tem, não é por falta de disciplina militar não, é por falta da solução de um problema estrutural na sociedade que termina reverberando na escola. A escola é uma célula da sociedade, o que acontece nela é também reflexo do que acontece na sociedade. Grosso modo: quando se aponta a militarização como solução para os problemas da escola, está querendo se dizer, nas entrelinhas, que é militarizando a sociedade que a gente vai resolver os problemas. E não é! E a história prova que não é! Mente para a sociedade

quem tenta dizer que é através de golpes militares, da presença de militares governando os países que se resolve os problemas. Não foi assim em nenhum lugar do mundo. Essa não é a alternativa! Portanto, Presidente, eu quero dizer que, na Comissão de Educação, o voto deste presidente que relata é contrário, baseado na experiência que tenho. Quero agora colher os votos, começando pela coleta do voto do Vereador Camilo.

CAMILO DANIEL – PT – MEMBRO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Senhor Presidente, professor Iran Barbosa, eu voto com a sua relatoria. E voto com a sua relatoria, subscrevendo toda a sua fala, é sim.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Obrigado, Vereador Camilo. Obrigado pelo voto. Quero consultar o voto do Vereador Miltinho.

MILTINHO – PSD – MEMBRO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Bom dia, senhor Presidente. Senhor Presidente, eu vejo da seguinte forma: se a Comissão analisou com muita cautela, acho que a gente tem que trazer para o plenário para que a gente possa debater com mais profundidade. Eu voto pela tramitação.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Eu... *Ad hoc* ... Quero consultar o voto do Vereador Binho. Vereador Binho, como vota?

BINHO – PODEMOS – MEMBRO *AD HOC* DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Pela tramitação, senhor Presidente, no plenário.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Eu quero consultar o voto da Vereadora Sonia Meire, *ad hoc*.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO *AD HOC* DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Pela não tramitação.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Então, na Comissão da Educação, senhor Presidente, o projeto foi rejeitado por 3 votos a 2. A emenda, desculpe, a emenda foi rejeitada por 3 votos a 2.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

A emenda está em discussão, não havendo quem queira discuti-la, em votação, aqueles que concordam, permaneçam como estão... Vocês vão votar como? Contra. Então, os demais que estão presentes votam a favor, fazendo a ressalva dos votos contrários de Sonia, Iran e Camilo, certo? A emenda foi aprovada. O projeto está em discussão... Para discutir, Iran foi o primeiro, depois Sonia, depois você.

IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Senhor Presidente, nós estamos aqui fazendo uma discussão de um projeto que, semana passada, acho que semana passada também, iniciamos esse debate. É um projeto que já tem uma discussão que segue em outros espaços, em outros municípios, em outros estados, que tem fórum de discussão também no Supremo Tribunal Federal. Aqui nós já apelamos para os colegas para mostrar que não há suporte na legislação educacional brasileira que dê espaço para esse tipo, esse modelo de escola. Acabei de colocar aqui que ela oculta um conjunto de procedimentos que tenta esconder, mascarar a realidade das dificuldades educacionais do nosso país, tentando mostrar para a população de que a militarização é a solução, e ela não é. Eu quero dizer aos colegas que eu compreendo esse sentimento que existe. A rigor, esse sentimento está presente na história política brasileira. Se nós analisarmos a história do Brasil, ela está inteirinha entremeada dessa ideologia militarizante. Os militares têm um papel destacado na nossa Constituição e colocado lá qual é o papel que eles têm que cumprir. E não pode ultrapassar esse papel, porque toda vez que ultrapassou, nós vivemos problemas muito graves na sociedade. Porque, de fato, a formação militar, ela é feita para um determinado propósito: é para garantir a soberania nacional. O militar é formado para enfrentar situações de guerra, de conflitos graves, não é? Então a preparação que os militares têm, tem uma destinação que foi constitucionalmente definida. E é por isso que a gente respeita a presença deles dentro desse papel constitucional. É por isso que a gente foi para as ruas denunciar, derrubar a tentativa de outro golpe que tinha no meio de novos militares, porque tem militares que acham que eles são a panaceia para resolver o problema do mundo, e eles sabem que não são. Eu aqui quero registrar o meu respeito por aqueles que compreendem e respeitam o seu papel constitucional. Eu conheço militares que são muito ciosos do seu papel, da sua responsabilidade, agora, não é trazer para o mundo da escola. Tanto assim que a própria LDB, que é a lei que trata da questão educacional, ela fez uma distinção e trata em um único artigo do que é uma escola militar, qual é a sua finalidade. A escola onde eu dou aula, onde os filhos dos homens e mulheres da sociedade frequentam para ter a formação

para o exercício da cidadania, não é uma escola militar. Não é. Tanto não é que a LDB, que é a lei máxima que trata a educação, tratou da escola militar num artigo específico. Mas eu quero dizer, Presidente, que, do ponto de vista pedagógico, essa proposta não possui nenhuma visão transformadora. E olha, é educação que não tem visão transformadora, é educação que quer manter o *status quo* vigente. Aprovar uma escola cívico-militar, significa que a visão pedagógica é uma visão de manutenção do status quo vigente. Claro, eu sei que na sociedade tem pessoas que querem manter o status quo que aí predomina. Eu defendo as transformações sociais. Eu defendo que a escola precisa ser instrumento de propalação de análise crítica, a escola precisa ser instrumento de formação para o exercício pleno da cidadania, e cidadania pressupõe exercícios de liberdades democráticas, cidadania pressupõe uma série de requisitos que não estão em consonância com a lógica disciplinante, hierarquizante do militarismo, que, como já disse mais de uma vez, deve ter o seu espaço próprio e sua finalidade própria, como manda a Constituição. Não é dentro da escola. A escola não é o espaço para esse tipo de exercício. Além disso, é importante lembrar que a ideia aqui é muito simplista e errônea. Qual é a ideia? É de que alunos indisciplinados associados a professores incompetentes gera baixo rendimento escolar. Esse é o pressuposto contido aí. Alunos indisciplinados mais professores incompetentes igual a baixo rendimento escolar. Essa é a equação contida dentro desse projeto. Eu não estou conseguindo ver aqui meu tempo, eu pediria que subisse ali para que eu pudesse ver meu tempo. Então, veja, é falso isso. O pressuposto que fundamenta, pronto, o pressuposto que fundamenta esse projeto, ele também é falso, porque, veja bem, a indisciplina dos nossos alunos, ela é, na verdade, a prática ou da realidade etária de cada faixa de estudantes que está lá, ou a própria realidade da sociedade. Não será resolvido com bater continência, formar alunos, apresentar armas, fazer todo aquele procedimento de apologia à guerra que se faz dentro da escola cívico-militar. Não se resolverá dessa forma, porque não é assim que se resolve o problema de indisciplina dos alunos. E isso é uma falácia e parte do pressuposto que os professores são incompetentes para resolver os problemas das escolas. Não são. Não são. Os professores são competentes, são formados, estudam para resolver esses problemas. Agora, a questão é: o resultado do desempenho escolar, ele é fruto de um conjunto de coisas que querem esconder de todo mundo. É fruto do investimento insuficiente, é fruto da falta de planejamento de quem gere a educação, é fruto da desvalorização profissional, é fruto do espaço despreparado da escola, porque a escola, diferente do que deveria ser, termina sendo um território em que o professor não pode efetivamente desempenhar seu papel. Então, meus amigos, o pressuposto aí também

é falso. Eu quero concluir dizendo que essa proposta, Presidente, ela ameaça desfazer tanto as bases democráticas como as bases pedagógicas da educação pública brasileira. E aqui reside a sua inconstitucionalidade. A educação pública brasileira, pela Constituição e também pela LDB, ela é erigida a partir de dois pilares: o da democracia e o das bases pedagógicas, científico-pedagógicas. Essa proposta, ela derruba esses dois pilares. Portanto, ela é inconstitucional, porque ela não pode incidir da forma como estão querendo, para resolver os problemas da escola, superando o modelo de gestão democrática que nós defendemos. E ela não pode apresentar como solução para os problemas da escola, levar figuras alheias ao processo pedagógico para dentro da escola, para tentar resolver esses problemas. É romper com uma lógica que foi sendo estruturada, não é nem a partir de 96 com o LDB, é muito antes do que isso. Não é nem a partir de 88 com a Constituição, é muito antes do que isso. Toda a teoria pedagógica apresenta análises profundas sobre essa realidade. Eu sei que, às vezes, subir a essa tribuna, vereador Camilo, vereadora Sonia, para fazer esse discurso que eu estou fazendo agora, pode parecer inócuo, porque depois vêm os votos e aí está tudo derrotado. Mas, Presidente, eu subo e venho dizer, porque eu sei que tem muita gente, vereador Lúcio, precisando saber que tem gente nessa Casa que pensa diferente. Tem gente nessa Casa que tem lido sobre essas questões. Tem gente nessa Casa que tem mais de 40 anos de experiência dentro da escola, na sala de aula, sala de aula de ensino fundamental, de ensino médio, de educação superior. Tem gente nesta Casa que não é melhor do que ninguém, mas que pensa diferente. E esse pensamento precisa ser expresso, porque eu sei que lá fora também tem aqueles que pensam como nós. E é preciso que a sociedade compreenda que essa Casa é uma Casa de pensamentos diferentes. Por isso eu faço questão de usar meu tempo, peço a paciência dos amigos, dos que ouvem e dos que não ouvem, para manifestar quais são as minhas razões de votar contra esse projeto. E vejam, como eu disse aqui recentemente, não tem nada a ver com a lavra de quem assinou. Nada a ver. Tem a ver com o conteúdo que esse projeto tem. Eu sou, assim, por experiência, frontalmente contrário a ele. Ele não ajuda a superar os problemas, pelo contrário, ele trará novos problemas e agravará os já existentes. Era isso, Presidente, por isso meu voto será, evidentemente, não, respeitando as condições divergentes, mas pelas razões que excluí daqui e por tantas outras que não terei tempo de falar, votarei contrário a este projeto de lei.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Professora Sonia.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Bem, em respeito a todas as pessoas que estão acompanhando aqui esse debate nessa manhã de hoje, nossas posições, eu quero dizer que, na semana anterior, onde esse projeto foi aprovado em primeira votação, nós fizemos uma leitura exaustiva da fragilidade formal, legal, da inconstitucionalidade dele. Primeiro porque ele fere frontalmente o que prevê a LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Não há previsão na lei que rege a nossa educação para a implementação de escola cívico-militar, porque a nossa Lei de Diretrizes e Bases, ela se pauta por três princípios básicos, como já foi colocado aqui: a liberdade de cátedra, a liberdade de ensinar, de definir o trabalho educativo no dia a dia da escola, a pluralidade de ideias que vem acompanhada do processo de construção da Constituição Federal de 88 após o regime militar, e autonomia pedagógica. Então, esse projeto, nós mostramos aqui, colocamos todos os artigos, incisos, e provamos aqui a sua inconstitucionalidade. Mas o argumento utilizado naquele momento era que tinha uma emenda parlamentar para a educação, para a escola cívico-militar, que não está no plano plurianual aprovado aqui, que não está na LDO aprovada aqui, muito menos na Lei Orçamentária Anual que aprovamos aqui. Com todos os problemas, a maioria, nós votamos contrário, mas a maioria votou na LOA anteontem aqui nesta Casa. E qual era o discurso? Vem recurso para a educação. Quando vem o recurso de um senador, de um deputado federal para a educação, ele não vem com a marca para implementar a escola cívico-militar. E eu até já estou imaginando qual é o recurso que veio para a escola e que eu quero parabenizar o recurso que veio para a escola. Eu tenho a impressão, porque isso não foi informado aqui, que esse recurso veio e vai ser aplicado na Escola Francisco Rosa, no Lamarão, provavelmente, que é a reforma do refeitório, do espaço físico, de 1 milhão e meio. Isso sim é importante, reformar a escola. Agora, utilizar um recurso de uma emenda para empurrar goela abaixo um programa de escola cívico-militar no município de Aracaju, que fere os princípios democráticos previstos na LDB, não é razoável, vereadores e vereadoras. Não é correto. Precisamos dizer quais são os interesses que estão por trás da implementação da escola cívico-militar da forma que ela está apresentada. Eu vou pedir permissão aqui para ler uma nota do SINASEFE, do Sindicato dos Trabalhadores Federais dos IFs, e gostaria que essa nota fizesse parte da nossa ata aqui: “A recente aprovação da lei que instituiu a militarização das escolas municipais em Aracaju, lá em primeira votação, representa um grave retrocesso à concepção de educação pública, laica, gratuita, socialmente referenciada e

democrática. Essa medida representa uma estratégia ideológica e política que busca ocultar a negligência crônica do Estado quanto ao financiamento e à valorização da escola pública. A proposta de militarização das escolas tem se apoiado na falácia de que a disciplina imposta pelos militares é o caminho para a qualidade, entre aspas, e para o combate à violência escolar. No entanto, o que está em jogo, na verdade, é o esvaziamento da gestão democrática e a substituição da pedagogia crítica por uma pedagogia da obediência e da repetição. Ao impor a autoridade cega e a submissão, a militarização destrói o ambiente propício ao questionamento e à construção da consciência crítica, elementos fundamentais para a educação libertadora”. Presidente, eu gostaria que parasse meu tempo para que eu possa continuar, porque o barulho está me perturbando aqui. Suspenda meu tempo, por favor. Presidente, eu gostaria que o senhor...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos estabelecer o silêncio, meus amigos. Silêncio enquanto a vereadora estiver na Tribuna.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Obrigada. "O problema da violência na escola não é um desvio de comportamento individual dos alunos, mas sim o reflexo da violência social imposta pela desigualdade e pela ausência de políticas públicas. A resposta para a violência não é o militar, que representa o braço repressivo do Estado, mas sim a educação integral, o investimento em infraestrutura e a valorização real dos profissionais da educação”. Outro ponto crucial dessa análise é o recorte de classe que eu havia denunciado a semana passada. Não são as escolas da elite que são militarizadas, mas sim as escolas públicas que acolhem os filhos da classe trabalhadora. O que está em jogo é um sistema social desigual e excludente que se utiliza da criminalização da pobreza e da submissão da juventude como ferramentas para a manutenção do lucro de minorias. A militarização em Aracaju é, portanto, uma tentativa de despolitização do espaço escolar. Ela nega o papel da escola como espaço de contradição, de debate e de resistência, transformando-a em um quartel onde a diversidade e a pluralidade são vistas como ameaças à ordem. A resistência a esse modelo é uma necessidade urgente. A educação que transforma não é a que ensina a obedecer, mas a que ensina a pensar criticamente e a lutar pela emancipação humana. Aracaju não pode permitir que o autoritarismo se sobreponha ao direito inalienável de uma educação democrática. E aqui eu quero apresentar algumas imagens do que é que a escola nossa realiza no dia a dia. Nós precisamos cada vez mais olhar, porque nós, inclusive,

colocamos emendas a alguns vereadores para as atividades da escola. Essa é a escola do modelo cívico-militar. Essa é uma cena de uma escola do modelo cívico-militar. Isso não é disciplina, isso é castigo, violência. Vocês estão vendo o que está sendo exposto aí? Antes de passar para outra, por favor, volte aí, por favor. Observe o que estava sendo imposto lá, aqui. Fuzíveis dentro de uma escola pública. Fuzis, fuzil, fuzil, fuzis, fuzis, fusível é outra coisa, é o que conecta lá a energia e garante. Obrigada. Fuzis. Eu fico extremamente mexida com isso, porque o lugar da escola é dos livros, é da arte e da cultura. Aqui eu já coloquei e repito, o que é que as crianças, adolescentes, jovens estão aprendendo na escola cívico-militar? Entrar na favela e deixar corpo no chão. E agora eu queria que apresentasse a escola nossa aqui, que é que desenvolve algumas práticas. Isso aqui é aula de capoeira na escola José Francisco, no Lamarão, onde a emenda do esposo da vereadora, que propôs aqui este projeto, realiza. É uma escola que tem disciplina, uma escola que, inclusive, as crianças foram premiadas aqui no concurso Marcelo Déda de Poesias. É essa escola que nós temos. Pode mostrar as próximas? São algumas fotos que a gente também colocou emenda para desenvolver as aulas. Tem outras fotos que são das práticas das crianças desenvolvendo pintura, musicalização, educação ambiental, a defesa dos manguezais na educação ambiental. Essa é a escola que temos e essa é a escola que meus netos estudam. E essa é a escola que nós queremos. Essa é a escola que nós construímos. E não há nenhum dado que apresente que a nossa escola tem níveis de violência e que é a repressão que vai resolver a violência. Só a educação crítica, libertadora, emancipatória é capaz de garantir uma educação de qualidade, com equidade. Agradeço a todas as pessoas que estão aqui manifestando que escola militar não é a saída para a educação, mas a escola pública, laica, de qualidade, com autonomia pedagógica, com a participação da comunidade escolar, envolvendo crianças, jovens e familiares.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Camilo, com a palavra.

CAMILO DANIEL – PT – DISCUTINDO PROJETO

Vou falar daqui, pronto, vou falar daqui. “Ai” dos flamenguistas se o Vasco ontem ainda ganhasse do Corinthians, mas, felizmente, o Corinthians estava em campo com tudo, meu time e o time de Lula. Ele é sabido. Eu queria aqui, eu acho que todo mundo aqui conhece boa parte das nossas razões para votar contrário a esse projeto. E eu acho que continuar essa discussão aqui, levando em conta que a gente, às vezes, não tem tanto poder de interferir na formação e no voto de uma pessoa, não tem tanto poder de

convencer, fica meio que parecendo que a gente vai perder tempo, não é, Sonia? Vai falar, falar, falar, falar, ninguém presta atenção e ninguém também vai mudar também de opinião. Então, para não perder tempo, eu acho que é importante falar sim, eu tento trazer algumas questões um pouco mais técnicas para falar o porquê não dá para votar nisso. E a mais importante de todas é que, nas semanas passadas, nós tivemos a votação do Plano Plurianual e nós tivemos a votação da Lei Orçamentária Anual. Se você der um Google, botar no pesquisar, vereador Binho, nas duas leis e pesquisar o que é que tem de escola cívico-militar, você não tem exatamente nenhum programa detalhado sobre. Queria muito que fosse o contrário, se vocês fizessem, pode ser que eu não tenha achado, mas você não tem nada relacionado à escola cívico-militar, nenhum tipo de fomento, nenhum tipo de financiamento. Então, eu acho, essa é a primeira coisa, tenho muita convicção disso, vereador Fabiano Meireles, muita convicção de que essa escola, ela poderá ser construída porque a emenda do Deputado Federal Rodrigo Valadares, ela foi destinada para isso, então, ela poderá ser construída. Primeira questão, que é uma questão técnica basilar, é quem é que vai manter isso? Não tem quem mantenha. Não vai ter manutenção. Por que de onde é que vem recurso para essa escola? Não tem recurso. Se não tem recurso previsto no orçamento nem no Plano Plurianual, como é que você vai colocar isso para o próximo ano? Você não vai ter. Essa é a primeira coisa. Segunda coisa, aqui houve até divergência na primeira votação a respeito dessa votação, inclusive foi um voto de divergência de alguns vereadores da base porque compreendem que essa votação, aliás, esse projeto de lei, a competência dele deveria ser do Executivo. Então, a gente tem um segundo agravante, que é o risco da inconstitucionalidade desse projeto. Imagine que vexame a Câmara de Vereadores está aprovando projetos inconstitucionais. Olha aí, o nosso companheiro vereador Elber, líder da oposição e defensor público, está dizendo aqui. Então a gente tem um segundo grande problema que é esse. E o terceiro grande problema que mostra o porquê a gente deve votar não a esse projeto é que, se não tem no PPA, se não tem na PLOA recurso para isso, isso significa que esse dinheiro vai ter que ser tirado de algum lugar. E qual é o problema colocado? Eu faço parte da Comissão de Educação na legislatura passada e nessa legislatura. A gente anda muito nas escolas de ensino infantil, nas escolas de ensino fundamental, nas creches do município. A gente anda muito, a gente vê muitas realidades. Tem escola aqui que todo dia que chove, não precisa chover não, basta chover um pouquinho, não precisa ser 100mm de chuva, 70mm de chuva. Se tiver 10 minutos de chuva, não tem aula, as crianças vão embora porque a escola fica toda alagada. É só olhar lá no Jardim Esperança, no Bairro Inácio Barbosa,

tem uma dessas escolas. Então, se está faltando ainda financiamento para manutenção dessas escolas, você imagine que vai tirar delas ainda para custear um devaneio, uma proposta que não tem nem previsão orçamentária colocada. Então, eu acho que esses três elementos, eles são muito difíceis, acho que não dá para votar favorável a um projeto que tenha três grandes problemas colocados. Se você conversar com qualquer professor da rede municipal e perguntar para ele ou para ela, professor Iran, quais são os principais desafios da educação e de sua escola, eu tenho certeza de que nenhum vai colocar entre os cinco principais desafios a necessidade de militarização, por exemplo, na escola, ou um problema relacionado à segurança ou à insegurança nas escolas. O que a gente vai ver são outras coisas. É climatização, é cobertura em quadra, é escola, é reforma de cadeira, é infraestrutura básica que tem na escola, é carreira — que ontem a gente começou a fazer uma mudança aqui, na carreira, no salário do magistério. Se você conversar com crianças, porque tem que ter também sensibilidade para conversar com a criançada. Conversar com a criançada: o que que você acha que tem que melhorar em sua escola? As crianças vão falar um milhão de coisas: o suco, a broa, um milhão de coisas, o transporte escolar. Eu estava agora recentemente em uma das escolas ali no São Conrado que as crianças não têm... a escola está fechada, as crianças vão no ônibus: vereador, o ônibus não presta. Então, você tem um milhão de coisas se você for conversar com a comunidade escolar. E eu tenho certeza de que nenhuma das prioridades colocadas, nem por criança, nem por professor, nem pela coordenação, direção de escola, nem para a comunidade escolar, nenhuma das questões passa por isso. Eu acho muito complicado a gente votar uma matéria dessas. Mas, assim, eu também já tenho muita compreensão. É como se a gente estivesse largando a toalha. Aqui a gente faz um enfrentamento, a gente briga, a gente expõe nossas opiniões, nossas verdades, o que a gente acredita, com o objetivo de talvez tentar convencer ou trazer um ou outro elemento que ajude a debater. E é isso, acho que eu deixo aqui esses três elementos, presidente Ricardo, deixo esses três elementos aqui para talvez ajudar no debate. E eu dou um aparte aqui para a professora Sonia Meire, dentro do meu tempo.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – APARTE

Eu só queria fazer uma correção, porque eu fico tão mexida com esse projeto, diante de tudo que a escola realiza e da qualidade que ela realiza, com todas as suas dificuldades, apesar de não ter climatização, apesar de não ter várias condições de trabalho e de estudo, de não ter uma inclusão. Vocês imaginem autistas, pessoas com

deficiência passando por uma educação dessa, minha gente? Vocês imaginem a crise que esses meninos e meninas vão ter. Isso é um absurdo. Isso é um absurdo. E aí eu queria corrigir o nome da escola, é Sérgio Francisco. Esse ano eu já fui três vezes nessa escola, que é onde está recebendo emenda para reformar. Então, se for essa escola que se estava pensando, a emenda não vem para algo que não existe. Então, isso é uma falácia para justificar mais recursos na educação. Nós queremos sim mais recursos na educação, mas para construir essa escola, que deu e que está dando certo, que é fruto da luta dos trabalhadores e trabalhadoras. E eu não quero uma escola para as famílias aracajuanas, nem para a minha família, que incite os meninos a ter ódio, que oriente os meninos a ter ódio da pobreza, que criminalize as pessoas que vivem na situação da periferia. É isso. Obrigada.

CAMILO DANIEL – PT – DISCUTINDO PROJETO

Presidente, só para concluir aqui, eu estava olhando aqui na galeria, vi a professora Sandra Beiju aqui, e eu estava relembrando aqui uma fala que a professora fez, ela recentemente comentou assim, olha o que ela disse: “nas segundas-feiras eu não consigo...” – veja, minha professora, minha memória sempre é boa – “nas segundas-feiras, eu não consigo fazer outra atividade depois da escola porque as crianças, como não tem, aliás, não tem praça, não tem parque, não tem muita coisa no bairro, lá no São Conrado” – que o senhor Joaquim conhece bem – “as crianças chegam na segunda com tanta energia na escola, que assim, a gente tem que se dedicar três, quatro vezes mais a essa criançada.” Então, imagine, a gente está falando de uma realidade na cidade de Aracaju que é muito mais alarmante, e que coisas como essa aqui é pura cortina de fumaça para problemas que não vão ser resolvidos. A gente está falando de falta de praça, de falta de parques, de falta de quadras nas escolas, nos bairros, nas comunidades. E eu acho que a gente tinha que encaminhar com projetos que tentassem ir mais em direção a melhorar a vida da nossa criançada, não com cortinas de fumaça. Deixei alguns elementos, Presidente, aqui para o debate e para justificar também meu voto e nossa discussão aqui. Muito obrigado!

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Sargento Byron.

SARGENTO BYRON – MDB – DISCUTINDO PROJETO

Senhor Presidente, colegas Vereadores, da última vez que eu usei da fala aqui, eu trouxe os altos índices de aprovação em concursos públicos que os alunos das escolas militares têm. E isso já, por si só, já é algumas justificativas. Mas eu queria citar aqui, que eu não vejo, por exemplo, eu vi aqui uma questão de horror, com relação à disciplina militar, como foi colocado ali, à apresentação de armamento. Mas eu não vejo essa mesma indignação quando a gente tem nas escolas trazendo músicas que trazem pornografia. Eu não vejo. Eu não vejo. Eu queria muito ver essa mesma indignação quando, em locais de educação e de ensino, você vê pessoas trazendo esses conteúdos que são ofensivos às mulheres, que ocorrem nas escolas. A gente sabe, já foram noticiados várias vezes. Aqui eu não vejo essa mesma indignação. Mas, enfim, eu só queria trazer que as escolas, as escolas cívico-militares, elas podem sim trazer bons resultados educacionais para a população e é uma opção. É uma opção você matricular ou não o seu filho na escola. É só isso.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos lá, vamos lá. Está em votação, nesse momento, o projeto da vereadora Moana. Votação nominal. No painel, por favor. Quem vota sim, vota a favor do projeto da vereadora Moana. Quem vota não, vota contrário ao projeto. Para encaminhar, Elber.

ELBER BATALHA – PSB – ENCAMINHANDO VOTAÇÃO

Presidente, com muita tranquilidade, quero deixar claro aqui aos colegas uma coisa: uma coisa são as escolas militares que são ligadas às academias militares, como ITA e tantas outras; escolas científicas que visam aprimorar os quadros militares dos profissionais militares. Outra coisa é essa interferência do militarismo no sistema educacional normal, aquele que as crianças da rede pública de ensino têm acesso. E é isso que se quer fazer aqui. Com tantas prioridades, com tantas crianças de Aracaju sem creche, sem escola, a exemplo da Zona de Expansão, que várias crianças diariamente são transportadas para Orlando Dantas, para Augusto Franco, porque lá não tem escola básica, pegar os recursos poucos que nós temos e que não conseguimos ampliar para escolas normais e ainda aplicar em escolas cívico-militares, eu sou totalmente contra. Meu voto é não e, a meu ver, isso tenta apenas manter viva uma bandeira do bom bolsonarismo enfadonho para ressuscitar e deixar viva a lembrança do presidiário Bolsonaro. Não.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Para encaminhar como líder, Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL - ENCAMINHANDO VOTAÇÃO

Presidente, eu quero encaminhar o voto não, pautado em tantas discussões que já apresentei aqui, mas também respondendo ao seguinte. Vejam, os eventuais resultados que tenham aparecido de escola cívico-militar, Vereador, não são resultados obtidos num momento pontual em que essa escola é introduzida. Educação não se faz - para aqueles que não conhecem - educação não se faz do dia para a noite. Educação é um processo. Não vê reação? Sabe por que não vê reação? Porque a realidade é que a gente reage cotidianamente a qualquer tipo de intervenção negativa no processo educacional das escolas. Ou alguém aqui quer dizer que nós defendemos que a escola seja o espaço do “Laissez-faire”? Quem não conhece a realidade educacional não pode ter esse tipo de reação. E não é uma opção, não. Não se trata de opção. O povo de Aracaju não está tendo opção para ir estudar na escola que quer. Basta ver como é que é o processo de matrícula aqui. Isso é uma falácia. Isso é uma falácia. Queria aqui encaminhar o voto não com base nesses argumentos.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Camilo, para justificar o voto.

CAMILO DANIEL – PT – JUSTIFICANDO VOTO

Presidente, para justificar o voto, eu queria dizer que, veja, a gente conversa aí, desde a primeira votação que a gente diz, me diga quem é que vai financiar essa escola. E ninguém diz quem é que vai financiar essa escola. Ninguém diz. Então, o nosso voto é não, alegando os três motivos, as três razões que a gente colocou, mas, além disso, dizendo, quem propõe o projeto não fala quem vai financiar isso. Ou seja, vai tirar recursos que já não tem no município para financiar esse tipo de escola cívico-militar. Não vai resolver nada. Só cortina de fumaça aqui. Muito obrigado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Para justificar, Lúcio; depois, Sonia.

LÚCIO FLÁVIO – PL – JUSTIFICANDO VOTO

Primeiro, eu quero... Obrigado, senhor presidente. Quero parabenizar a autora dessa propositura, a vereadora Moana Valadares, que está de licença e não pode estar aqui para celebrar conosco. Parabenizar a população que está nas galerias, que veio cumprir o seu papel de cidadania para acompanhar essa votação pessoalmente. E quero também só

fazer um registro: a bancada de oposição que nesse momento tem dito que faltam escolas, que faltam vagas, acha que pode ter qualquer escola, menos essa que é uma escola a mais, que é uma opção. Pode ter qualquer outro investimento, menos esse que eles não querem. Se for esse, não pode ter mais vagas se for desse jeito. Eu lamento por essa atitude pouco democrática. E aí eu quero só contestar o vereador Iran, que falou que esse modelo não tem nada de democracia, mas este Parlamento representa a democracia. O vereador Iran foi eleito pelo povo, eu também, nós representamos a voz do povo legitimamente por essa pluralidade. Então, dizer que isso não representa a democracia é talvez não entender a nossa representatividade, inclusive dele, por essa pluralidade, a minha e a dele. Por isso, voto favorável.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Para justificar o voto.

IRAN BARBOSA – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO

Justificar o voto começando dizendo, vereador Lúcio Flávio, que eu não disse isso que Vossa Excelência disse. O que eu disse é que o modelo de escola cívico-militar fere o princípio de gestão democrática das escolas. É bem diferente. O fato de Vossa Excelência aqui e outros vereadores aprovarem esse modelo não legitima o enfrentamento que esse modelo faz ao modelo de gestão democrática que é acobertado pela legislação nacional. E eu quero justificar meu voto, Senhor Presidente, dizendo o seguinte: a população de Aracaju não se engane, não vai ser construída uma nova escola, não vão se dar novas opções, não tem nem verba para isso, isso é uma falácia. Estão enganando a população. Estão enganando a população. E eu vou estar aqui para acompanhar esse procedimento e ir, cada vez mais, desmontando as falácias que estão sendo apresentadas. O meu voto está justificado, Presidente, porque a educação não precisa desse tipo de alternativa, porque ela não tem previsão na legislação nacional.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Sonia.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO

Primeiro, voto não por todas as justificativas que apresentamos e dados e informações. Não há escolha da população onde vai colocar o seu filho ou a sua filha. Segundo, nós precisamos de recursos para ampliar e construir mais escolas e manter as

escolas existentes e as novas escolas. Não há previsão no orçamento para isso. Isso é um programa para instituir nas escolas que existem. É uma falácia dizer que isso aqui vai ser opção e escolha para a população. Terceiro, a acusação de que nós não nos indignamos com aquilo que violenta crianças é um absurdo. Professoras e professores vão reagir a isso. E se esse projeto for aprovado, nós vamos judicializar esse projeto, porque não há previsão, inclusive, na lei de diretrizes e bases, e ele é ilegal e inconstitucional.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Fábio.

FÁBIO MEIRELES – PDT – JUSTIFICANDO VOTO

Obrigado, Presidente. Presidente, votei “sim”. E, assim, como eu fiz na primeira discussão que nós tivemos sobre esse projeto, esse projeto, vereador Elber Batalha, é um projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o programa municipal. Não, o que está aqui no texto, o que veio para cá. Pronto. Não modificaram aqui. Institui. Moana Valadares é do PL, que era do partido da prefeita Emília Corrêa, que hoje é Republicanos. Eu votei sim, hoje é dia 18 de dezembro de 2025. Eu estou afirmando categoricamente que Emília Corrêa, ela não vai fazer essa escola cívico-militar que a vereadora Moana entendeu, idealizou, e que Rodrigo Valadares colocou emenda.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Encerrada a votação, 14 votos a favor do projeto. O projeto teve 5 votos contrários, nenhuma abstenção. O projeto da Escola Cívico-Militar no município de Aracaju está aprovado.

Projeto de lei 496/2025, em 1ª votação, Poder Executivo. (Leu). Faltando o parecer na Comissão de Justiça.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Cadê o projeto? Deixe-me olhar esse projeto aqui, só um minuto. Senhor Presidente, veja, esse projeto de lei busca esclarecer e tirar as dúvidas em relação ao custeio, à taxa da contribuição de melhoria aqui, à taxa da COSIP, para poder verificar, de acordo com a Emenda Constitucional número 132, o que pode ser feito com esse recurso e o que não pode ser feito. E a gente percebe aqui, no seu artigo 2º, o parágrafo 1º vem trazendo aqui, e o parágrafo 2º vem trazendo aqui as regras do que pode ser

custeado com essas despesas do COSIP, o que pode ser utilizado e o que não pode ser utilizado de acordo com a Emenda Constitucional nº 132. Eu não vejo nada que impeça a tramitação, eu voto pela tramitação. Como vota o vereador, Elber Batalha?

ELBER BATALHA – PSB – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Eu vou fazer um voto com ressalva na comissão, porque eu entendo que o texto que a Prefeitura manda para cá é extremamente ampliativo, inclusive permite que faça obras de infraestrutura na cidade com dinheiro da COSIP, que, para mim, é claramente ilegal. Mas existe a emenda proposta pelo vereador Breno. Já analisei as duas emendas que Breno apresentou. Quero pedir autorização dele, inclusive, para dar a minha assinatura com apoio. E vou condicionar. Votarei a favor na Comissão, a favor na 1ª discussão, mas condiciono o meu voto, no final desse projeto, a que a emenda de Breno esteja aprovada, para que não se alegue qualquer contradição. Inclusive, para os senhores terem ideia: podação de árvore está sendo autorizada para ser custeada com a COSIP nesse projeto. Podação de árvore que guarda correlação com a linha elétrica é responsabilidade da Energisa. Está no contrato com a Energisa. Ou seja, então, essa podação de árvore que estão botando aí é para poder pagar a Ramac, a Aksa e tal com o dinheiro da COSIP. Isso para mim é claramente inconstitucional. A lei, a Constituição, a lei federal mais recentemente abriu a possibilidade de ampliações como para monitoramento por câmara de segurança, monitoramento de trânsito. Agora, não para essa ampliação tão indiscriminada. Então, nosso voto, e acredito que os parceiros da oposição terão posição parecida, vamos dialogar aqui daqui a pouquinho, será pela tramitação, acompanhando o pastor Diego, não com os mesmos argumentos que ele alega, no entendimento dele, não há inconstitucionalidades. No meu entendimento, há, mas que podem ser corrigidas se a emenda do vereador Breno for aprovada.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Como vota o vereador Anderson de Tuca?

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Fala, senhor presidente. Entendemos que existe até um dos motivos que ocasionou a CPI foi justamente por não trazer uma transparência e uma execução por completo em determinadas situações. Então, sou de parecer favorável, mas ainda não discutindo a

questão do mérito. Mas eu acho que ela é importante para evitar, Elber, dúvidas, deixar o que é que pode e o que é que não pode. Perfeito. Então, senhor presidente, favorável.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Como vota vereador Isac?

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Para tramitar.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Vereadora Sonia?

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Voto contrário, porque não apresenta, inclusive, nenhum impacto sobre o aumento desses indicadores, além dos pontos já apresentados aqui pelo vereador Elber Batalha, do uso do recurso, a finalidade dos recursos investidos que elas acabam também coadunando com a prática e com as obrigações da própria Energisa.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos...

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Aprovado na comissão, presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

A Comissão de Obras... A Comissão de Obras, chamando as comissões, rapidinho, Iran. Maurício Maravilha, Comissão de Obras, rapidinho.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Vamos nessa, vamos nessa. Na Comissão de Obras, não há nada que impeça a tramitação, até porque é uma comissão que a gente analisa e tem a responsabilidade da

evolução da cidade, então, nada contra, por isso eu voto pela tramitação. Como vota o vereador Breno Garibalde?

BRENO GARIBALDE – REDE – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Sigo o relator na mesma condição que a Elber citou, contanto que as emendas sejam aprovadas, porque a gente está apenas fazendo com que a Constituição seja seguida. A Constituição deixa claro como se podem utilizar as verbas da COSIP e não acho que a gente, como município, pode abrir brechas para utilizar para o que bem entende. Então, para que a gente deixe claro e deixe amarrado que as verbas da COSIP sejam utilizadas para manutenção da iluminação pública, que a gente sabe que Aracaju ainda tem muitos pontos deficientes de iluminação, e não faz sentido a gente pegar esse dinheiro que é para manutenção de poste, mudança de lâmpada e sair investindo da forma que quer e que bem entende.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Ok, como vota o vereador Sávio?

SÁVIO NETO DE VARDIO – PODEMOS – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Sigo o relator, senhor presidente.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Como vota o vereador Soneca?

SONECA – PSD – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Com o relator.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Como vota o vereador pastor Alex?

ALEX MELO – PRD – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS

Eu sigo Vossa Excelência.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS

Aprovado, senhor presidente, na Comissão de Obras.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Professor Iran, questão de ordem.

IRAN BARBOSA – PSOL – QUESTÃO DE ORDEM

Presidente, o nosso Regimento diz que não se deve admitir nenhum projeto de lei que faça menção a alguma lei e não faça acompanhar dela. O Projeto revoga a Lei nº 4.453. Está textualmente colocado lá ao final do Projeto. Minha pergunta é: essa lei, a Lei 4.453, ela se fez acompanhar do Projeto? Foi encaminhada pelo Executivo Municipal?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Tem que olhar com Caio, lá. Eu posso verificar isso. Achou, Professor Iran? E aí? Professor Iran, nós alteramos o Regimento, não sei se Vossa Excelência... Nós não estamos encontrando essa arguição que Vossa Excelência apontou como questão de ordem. Então nós vamos dar continuidade. Vamos continuar em discussão. Pela ordem, Vereador Elber.

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

Iran, só para contribuir. Estou aqui em cima agora. Iran, só para contribuir com essa coisa. Sendo bem sincero a você, nesse aspecto aí, como a Lei está sendo revogada na integralidade, mesmo não achando, se houvesse uma revogação parcial, eu acho que era essencial ter o texto ali para que a gente entendesse o que estava sendo revogado, porque geralmente as revogações vêm: Suprime-se artigo tal, revoga-se tal. Nesse caso, ela revoga *in totum*. É como se ela zerasse todo o ordenamento sobre a COCIP e gerasse uma nova lei. Então, na verdade, entendo a fala de V. Exa., mas acredito que, nesse aspecto, nesse caso agora, fica suprida pela revogação total. Agora, nós avaliaremos se vamos aprovar ou não.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Vamos lá. Não havendo mais quem queira discutir, o projeto está em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Lei 46/2025. 1ª votação. Pastor Diego. (Leu). O projeto está em discussão. Para discutir o autor do projeto.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO PROJETO

Eu vou fazer uma fala bem rápida, bem breve, para poder a gente ganhar tempo aqui nesta manhã. O projeto, objetivamente, no artigo 6º e artigo 7º, ele diz o seguinte, só para poder esclarecer para os colegas. Artigo 6 ou 6º: “Nas contratações de shows, artistas ou eventos de qualquer natureza feitas pela Administração Pública Municipal, que possam ser acessadas pelo público infanto-juvenil, deverá constar cláusula expressa de não-manifestação de apologia ao crime organizado e ao uso de drogas, obrigando-se o contratado a cumpri-la”. Artigo sétimo: “Fica vedado ao município de Aracaju apoiar, patrocinar ou divulgar shows, artistas ou eventos de qualquer natureza que envolvam expressões de apologia ao crime organizado ou ao uso de droga”. Então, é importante aqui ressaltar, e a gente quebrar qualquer *fake news* contra esse projeto, que o projeto não está proibindo expressão de rua, o projeto não proíbe *hip-hop*, o projeto não proíbe *rap*, não. O projeto proíbe, em shows pagos com dinheiro público, que haja apologia ao crime organizado, que haja apologia ao tráfico de drogas, sobretudo em eventos que tenham acesso do público infanto-juvenil. E esse projeto não é inovação de Aracaju, não. Vale ressaltar que o projeto já foi aprovado em 46 cidades e em 13 estados, ou seja, no Brasil. Treze estados já têm esse projeto aprovado e 46 cidades o projeto já está em vigor. Vou dar um exemplo. Na Bahia, cidades já aprovaram. Alagoas, cidades já aprovaram. Rio de Janeiro, cidades já aprovaram. Mato Grosso, Minas Gerais. O projeto busca apenas trazer uma segurança, trazer de verdade um cuidado com o uso da verba pública, do dinheiro público, que não haja uso de dinheiro público em eventos que façam apologia ao tráfico de drogas e ao crime organizado. É só isso. Não é nada contra a cultura popular, nada contra o rap, nada contra a expressão de rua. Não. É, de fato, combatendo a apologia ao crime organizado. Um aparte ao Vereador Lúcio Flávio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – APARTE

Obrigado, senhor vereador Pastor Diego. Inclusive, quero parabenizar a Vossa Excelência porque aqui sendo uma Casa de leis, de produção legislativa, uma casa que defende o ordenamento jurídico, a gente precisa se opor ao que é fora da lei, ao que faz apologia ao que é fora da lei. Então, principalmente e especialmente quando usa recurso público, quando tem apoio do poder público e quando expõe isso a crianças e adolescentes. Quero registrar também, pastor Diego, agradecendo vosso aparte, que nós apresentamos um projeto de lei semelhante e, tendo em vista o de Vossa Excelência ter sido apresentado antes, gostaria de pedir a subscrição para apresentá-lo de maneira coletiva com vossa excelência, assim como a Vereadora Moana pediu também. Parabéns

pela coragem, apesar da gente entender que podem ser criadas aí algum tipo de outra interpretação, mas a verdade é uma lei que combate ao que possa ter apoio do poder público, ao que é fora da lei. Apologia é droga, apologia é crime. Por isso, conte com meu apoio, meu voto favorável e com meus parabéns. Peço, então, consignar a minha subscrição. Obrigado.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO PROJETO

Eu agradeço o apoio de Vossa Excelência e peço também o apoio, a sensibilidade dos nossos pares. Muito obrigado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Professora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Então, mais um projeto que nós queremos aqui aproveitar esse momento para fazer um debate sobre o que nós estamos apreciando aqui. Quero agradecer a presença aqui de artistas, trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Nós fizemos uma audiência pública, senhoras e senhores, para discutir as culturas periféricas. Nós sabemos que há, na história da construção da nossa cultura, da cultura brasileira, uma série de interdições às culturas que vêm das periferias. Foi assim com o samba, foi assim com a capoeira, chamada de vadiagem, atribuindo a vadiagem a práticas culturais vindas do povo negro. Quando esse projeto foi protocolado, nós recebemos uma série de preocupações sendo colocadas, porque foi entendido, inclusive, recentemente, após, isso já tem uns dois ou três meses, que nós fizemos uma audiência aqui, com professores que têm doutorado na área da filosofia, com *rappers*, com artistas locais, que vêm, inclusive, desenvolvendo projetos para trazer a realidade, que traz a realidade vivida, muitas vezes analisadas, que muitos cientistas sociais não conseguem fazer, porque tratam do seu dia a dia. E quando você, eu entendo a preocupação do vereador e nós inclusive, ele recebeu um conjunto de estudantes aqui recentemente e ouviu os argumentos, estudantes da universidade, da Faculdade 8 de Julho, que ele também tem um curso por esta faculdade, e os estudantes e as estudantes também trouxeram a preocupação, porque o projeto de lei, ele não tem uma sustentação na base real do que ocorre no município de Aracaju, por exemplo. Eu nunca vi, eu nunca vi nenhuma contratação com serviço público de nenhum artista local para realizar atividade para crianças e adolescentes que fazem apologia ao crime e ao tráfico. Eu nunca vi. Esse projeto, ele nasceu, como disse o pastor, o vereador pastor

Diego, de uma necessidade de combater em âmbito federal, ele foi para a Câmara Federal, a contratação de profissionais que trazem a sua realidade, que emergem a sua realidade. Eu quero aqui pedir para colocar um vídeo de uma MC que viralizou, uma adolescente. Poderia colocar, Tiago, por gentileza, para vocês ouvirem? (Vídeo). Eu queria pedir o respeito ao que nós estamos tratando aqui. Isso é assunto muito sério. Isso não é um assunto banal. Isso é um assunto sério, que está previsto, inclusive, no ECA. E qual é a divergência que nós temos? É porque, na verdade, o projeto, ele já expressa uma preocupação antes do fato ter acontecido, colocando, julgando que as pessoas que são, que realizam espetáculos, apresentações para crianças e adolescentes, elas cometem crimes contra crianças e adolescentes. Isso não está previsto no ordenamento, isso é uma forma de censura antecipada. E não é possível a gente aprovar projeto que exige uma censura antecipada, porque você só pode punir uma pessoa após o ato e a partir da investigação sobre o ato. Então, apesar da preocupação ser importante, do ponto de vista de não apologia ao crime por meio da arte, a aparência parece que não há nenhum problema, mas há um problema. Há um problema de antecipação de censura sobre a própria arte e a liberdade de expressão. E ainda outro problema sobre a interpretação sobre o que se fala. O que é a apologia? Se você trouxe a sua realidade, como nós apresentamos hoje, a gente não conseguiu trazer o vídeo, mas nós apresentamos na Audiência Pública de um adolescente falando da sua realidade, o que ela precisa na sua realidade, quando você traz a realidade, pode ser analisado como a apologia, a interpretação que vai ser dada? Vou ler um aqui que não é, que é comum: “Queria que a vida fosse igual na novela, *jet ski* na praia, esqui neve europeia, sem pai de família gritando assalto ou sendo feito de escravo, com um 151 por mês de salário, que não enche nem metade de um carrinho no mercado, não paga luz e água, o aluguel do barraco. Aqui para o cidadão honesto ter um teto, só pondo o fogão na cabeça e invadindo o prédio, saindo na mão com o PM do choque, sobrevivendo ao tiro da reintegração de posse. Pergunta para o tio do terreno invadido no escuro o que é um trator transformando tudo em entulho, me mostre o povo sorrindo.” Esse é um texto de um rapper que traz a realidade. Isso pode ser interpretado como fazendo apologia ao crime porque fala da ocupação de prédios porque não tem onde morar. Isso pode ser interpretado como algo criminoso e isso é censura da liberdade de expressão. Então, nós precisamos, realmente, independente do resultado dessa votação, eu quero dizer que a Câmara Municipal, nossa mandata aqui, nunca se furtou e jamais se furtará como cidadã, como professora, como mãe, como avó de sete crianças e pré-adolescentes a fazer esse debate público, que nós

precisamos é ter a noção do que é que está por trás de uma boa intenção, que pode seguir exatamente o caminho que foi feito de cerceamento da liberdade dos artistas e artistas que fazem hoje um trabalho belíssimo nas periferias e que por meio do seu trabalho, essa jovem que eu apresentei aqui, ela tem mestrado, é da área de letras e ela está nas escolas trabalhando com a poesia com as crianças, e as crianças trazem essa poesia e emerge a sua realidade. O que a gente não pode é proibir no Projeto de Lei, quando eu comecei a dar aula no Estado, nas escolas da rede, eu tive uma realidade em uma sala de aula num período, e eu já disse isso aqui, vou repetir, que as crianças desenhavam uma pessoa atirando na outra. Antigamente, as crianças representavam a realidade vivida no seu bairro e eu posso dizer que essa criança estava fazendo apologia a armas? Posso dizer, Soneca? Você que vem da periferia. Não posso dizer. O que eu posso lutar e o que nós lutamos é para impedir que as armas fossem mais importantes do que os livros. A política do desarmamento foi uma construção social. Nós fizemos um plebiscito para desarmar, porque a realidade da criança na sua casa é exatamente, muitas vezes, essa. Então, eu quero aqui colocar para os senhores e senhoras a necessidade de a gente refletir sobre os projetos, o que ele pode ter de consequência, que o problema está na ausência de política pública e não naquilo que as crianças e os artistas revelam a partir da sua realidade, porque crianças e adolescentes e artistas sérios não fazem apologia ao crime. E nós conhecemos os nossos artistas que educam e reeducam as nossas crianças.

RICARDO VASCONCELOS – PSD – DISCUTINDO PROJETO

Eu vou discutir também esse projeto que eu acho, julgo, ser de extrema importância para a sociedade. Isso é nós refletirmos, professora Sonia, que tipo de ambiente nós queremos também para as nossas famílias e crianças. Eu li aqui, expressão de apologia ao crime organizado ou uso de drogas. Eu não tenho dúvida que nenhum desses *rappers*, nenhuma dessas músicas que falam coisas normais do dia a dia, cotidianas, não tem problema nenhum. Agora, vamos matar, você tem que ser estuprada mesmo, cachorra, bandida, não sei o que. Essas coisas não podem ter, mas muitos têm. Não. Não. Contratado com verba pública para tocar? Não. Não. Não é para a criança e pré-adolescente. Veja. Proíbe a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infantojuvenil. Por exemplo, eu posso colocar Pablo Vittar num show para crianças e ele ficar falando uma ruma de coisa imoral. Isso é correto? É do ponto de vista de cada um. Se a gente acha que pegar para um público infantojuvenil, a gente ficar falando coisas de sexo, de imoralidade para as crianças, isso é normal? Não, mas não importa se teve ou se

não teve. É não ter. Então, mas a lei é para isso. A lei é para isso. Então. Então. Então. Eu estou entendendo onde é que pastor Diego dele está querendo chegar, vai conforme a consciência de cada um, mas eu nunca fui e nem irei a determinados eventos, no Rio de Janeiro, por exemplo, se eu estiver lá passeando, que é todo mundo com fuzil no peito, que é todo mundo incentivando, agredindo mulheres, xingando mulheres, mas é isso que eu entendi. Talvez eu tenha entendido errado, Pastor Diego, no seu projeto. Ah, não é para confundir. Pastor Diego não está aqui dizendo não vamos mais ter shows de *rap* contratado pelo poder público, show de *funk*. É o que eu e entendendo. Para que a gente não misture alhos com bugalhos. Para que a gente não bote tudo no mesmo saco. Não é isso. Não é essa. Sonia. Declamou. Declamou? Como é que chama? Como se fosse uma poesia. Declamou uma poesia, uma música, digamos assim, que é quase uma poesia, uma arte. E a Sonia disse, olha, aqui o rapaz está meio que dizendo, olha, não temos casa, podemos invadir, ocupar, ocupar. Eu não vejo problema nisso, isso não é. Mas poderia, né? Mas eu acho que são aquelas coisas mais graves mesmo, de agressões, xingamentos, incentivo a armas, eu acho drogas, drogas. Pronto, está errado também. Então, está errado. Tudo que for para estimular coisas erradas tem que ter a nossa repulsa. Olha, tem banda de pagode com a mesma coisa? Desce a checa até o chão. Está errado. Essas coisas todas estão erradas. Olha, xingou, é a minha opinião. O pau que dá em Chico, dá em Francisco. Pastor Diego aqui não disse show de *rap*, é qualquer show ou não. É show de sertanejo, é show de pagode, está aqui para tudo. É para proteger as nossas crianças e adolescentes. Ele não disse que é só para *funk* ou para a *rap*. É para tudo. Mas censura coisas feias, coisas ruins. Há coisas feias, coisas ruins. Xingamento não tem censura certa. Um aparte para Fábio, Fábio Meireles.

FÁBIO MEIRELES – PDT - APARTE

Obrigado, presidente. Obrigado, presidente. Veja, eu entendi e ouvi todos os discursos respeitosos, Professora Sonia, os demais, mas o que a lei está tentando colocar aqui é preventivamente. Aí a gente fala em censura prévia, mas veja, para o que é, o que pode ser de ruim, a gente tem que se antecipar mesmo. Aquilo, entenda, professora, entenda. E aqui no texto? Aqui no texto não está dizendo em nenhum momento de o artista tal, o artista tal. Qualquer artista, é dinheiro da população aracajuana. E veja o que diz o artigo 6º, olha, “nas contratações de shows, artistas ou eventos de qualquer natureza feita pela administração pública municipal, que possam ser acessadas pelo público infantojuvenil, deverá constar cláusulas expressas de não manifestação de apologia ao

crime organizado e ao uso de drogas". Veja. Estamos tratando aqui das nossas crianças e dos nossos jovens, de forma preventiva.

RICARDO VASCONCELOS – PSD – DISCUTINDO PROJETO

Olha, ô Fábio, e ainda dá chance, Professora Sonia, dá chance para o artista. Ele tem 30 músicas, ele tem duas que ele faz apologia ao crime, ele vai tocar 28, só não toca aquelas duas? Mas Sonia. É porque assim, é isso, é minha opinião, tudo que fizer apologia ao crime, a coisas indecentes, imorais, que não vão de acordo com os bons princípios. Aí você pode dizer, o que são bons princípios para você, Ricardo, pode não ser para mim? Tudo bem, mas eu acho que xingar droga, armas, matança, crimes, eu acho que não tem aprovação de ninguém. Eu vou lhe dar. Deixe-me só passar um aparte para os meninos aqui. Primeiro o Lúcio. Vamos um pouquinho para cada um. Ou então depois todo mundo discute. Lúcio.

LÚCIO FLÁVIO – PL - APARTE

Obrigado, senhor presidente. Apenas para que a gente não contamine um debate tão importante ligado a crianças e adolescentes, ligado à infância, não contamine com esse tipo de narrativa. Censura é quando você diz assim, nenhum cantor nunca mais vai cantar isso. Não é isso que a lei diz. A lei orienta para que não aconteça, porque se acontecer, estará ferindo e infringindo essa lei. É mais ou menos dizer que o crime tipificado como calúnia e difamação é censura. Não é. Só um minutinho. Não é. Aí pode dizer, ah não, tem que deixar. Calúnia e difamação existem porque se uma pessoa fizer isso, infringir com a sua liberdade, ela sofrerá a sanção penal. Então, quando você diz, não pode, criança está submetida a isso, você está avisando que, se acontecer, e aí há a prerrogativa de poder acontecer, estará infringindo a lei. Por isso, não se cola a narrativa de ser uma censura. Se diz que não pode, mas que fatalmente essa lei não impedirá que aconteça e, se acontecer, sofrerá sanção penal. Aqui a gente está tratando da inocência e a infância das crianças de Aracaju, infância e adolescência, e que está, inclusive, resguardado pelo ECA. Essa é uma lei que não tem nenhuma diferença do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, só para não contaminar com essa ideia de censura, não é censura, é um aviso. Crianças e adolescentes não podem ser expostos a isso. Valeu, muito obrigado.

RICARDO VASCONCELOS – PSD – DISCUTINDO PROJETO

Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL - APARTE

Senhor presidente, só para poder aqui ressaltar a observação que Vossa Excelência fez sobre o artigo 6º, que o artigo 6º, ele é expresso e claro, dizendo o seguinte: “nas contratações de shows, artistas ou eventos de qualquer natureza feitas pela administração pública municipal que possam ser acessados pelo público infantojuvenil, deverá constar cláusula expressa de não manifestação de apologia ao crime organizado”. Veja, deixa eu só trazer aqui uma observação, não sei quem aqui já organizou, quem aqui já organizou evento privado? Estou falando aqui de evento público. Quem aqui já organizou evento privado? Quando você vai organizar um evento privado, que ele tem acesso do público infantojuvenil, você tem que pedir autorização na Vara da Infância e da Juventude e, na autorização que você pede na Vara da Infância e da Juventude, você já se compromete com esses requisitos. Você se compromete de que a linguagem utilizada naquele show vai ser uma linguagem adequada para o público infantojuvenil. É só você abrir agora esse computador, entrar no site do TJ, senhor presidente, que você vai ver que qualquer evento privado que você for fazer, tem que ter autorização da Vara da Infância e da Juventude, e esses requisitos já vão ser atendidos obrigatoriamente pelo particular. O que nós estamos pregando aqui, presidente, são requisitos que são atendidos pelo particular, e colocando também que essas cláusulas e requisitos têm que ser atendidos pela administração pública.

RICARDO VASCONCELOS – PSD – DISCUTINDO PROJETO

Isso. Veja, o particular poderia continuar. Veja que coisa bonita, Professora Sonia. Eu gosto de Henrique Juliano. Olha que musiquinha dele bonita. O sertanejo, que a senhora criticou. “Desculpa a visita, eu só vim te falar, estou a fim de você. E se não tiver, você vai ter que ficar. Vai namorar comigo? Sim. Se reclamar, você vai casar também”. Errado. E nossas crianças vão crescendo, escutando isso e assimilando como se fosse natural. O machismo. O machismo. Aí vem Sidney Magal. Faz melhor ainda, viu? Sidney Magal, ele fecha com chave de ouro. Ele não canta mais não, né? Mas cantou muito. “Se te agarro com outro, te mato. Se te mando flores e depois te escapo, autor Magal”. Assino Magal. Então, tem mais aqui, viu? São essas coisas que a gente tem que policiar para que o poder público não esteja bancando esse tipo de conduta. Ele pode fazer o show particular e vai quem quer, enfim. Agora, o público infanto-juvenil. Eita, já terminou o meu tempo, infelizmente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos ao próximo. Camilo.

CAMILO DANIEL – PT – DISCUTINDO PROJETO

Presidente, eu, assim, fiquei muito preocupado. Eu fiquei muito preocupado com o debate e com esse projeto de lei. Vereador Soneca, muita preocupação pelo seguinte. Todo mundo queria que as crianças cantassem bossa nova, falassem do mar, falassem de coisas que elas não vivem. Todo mundo queria, todo mundo queria isso. Eu acho que a gente tem que aprender a olhar para além do que se vê. Para além do que se vê. A aparência é uma coisa, mas a essência disso é uma coisa completamente diferente. Veja, nós já temos, já é expressamente proibida a censura prévia no artigo 220 da Constituição Federal, é uma lei completamente inócua, porque poder público nenhum vai fazer contratação com quem tem condenação, por exemplo. Quer dizer, no caso de Aracaju, não, porque a prefeitura de Aracaju paga para um monte de empresa que não paga salário de ninguém, está aqui. A lei dos subsídios, inclusive, é uma coisa que é flagrante disso. Mas a gente já tem... Eu fico completamente indignado com essa discussão. Eu acho que é censura prévia. Acho que, presidente Ricardo, a gente tem que valorizar a cultura que surge nas comunidades. E eu gostaria muito era que a gente estivesse fazendo um outro debate aqui. Não é um debate de proibir as coisas, é um debate de fomentar o que já existe. Veja, eu vou dar um exemplo. 2015 e 2016, 2014, 2015 e 2016, surgiu um monte de ocupação cultural na cidade de Aracaju. Vereador Ricardo, eu queria muito que o senhor ouvisse isso. Presidente Ricardo Vasconcelos, eu queria muito que o senhor ouvisse isso. Em 2015-2016, tinham muitas ocupações culturais na cidade de Aracaju, presidente Ricardo. Embaixo do viaduto do DIA, juntava um monte de jovem ali. Tinha um som e a turma tocava um monte de coisa. Na frente do Cariri, ali na Orla de Atalaia, até hoje, tem um som de calçada quase todo domingo. Aqui, embaixo da ponte do Barro Industrial, a gente tinha uma ocupação cultural que o nome era OCUPE-SE. No caso do som de calçada, eu lembro que em 2016 ou foi em 2015, uma ação, que agora eu não me recordo quem fez, foi lá para prender o som e levar tudo o que tinha lá para aquela molecada, para a juventude, não estar tocando lá. Elber era Secretário de Cultura. Veja. No caso do viaduto do DIA, a mesma coisa aconteceu. No caso aqui do Bairro Industrial, eu lembro que chegou a ter uma operação. A polícia foi lá na época. Eu lembro que meu pai, deputado federal e da Comissão de Direitos Humanos, ele chegou a ir pessoalmente, no diálogo lá com o comando da polícia militar, para dialogar sobre o que aconteceu. Porque os meninos saíram lá à base de tapa, ali na época. Apanhou um monte. Veja, ao invés do

poder público fomentar o que existe, dar mais luz ao que existe, fortalecer ainda mais as coisas que estão acontecendo. O debate que acontece não é esse, é um debate de proibir, proibir, proibir. Eu gostaria muito que a gente estivesse fazendo outro debate aqui. Mas, infelizmente, o debate que é feito é esse. É puxar uma lei do município de São Paulo para aqui. Palhaço Soneca, ele disse uma coisa aqui que eu acho que é muito importante, o que é que tem disso aqui em Aracaju? O que é que tem disso aqui em Aracaju? Eu nunca vi. Eu nunca vi isso aqui em Aracaju. Eu nunca vi. Eu estou dizendo que eu nunca vi isso aqui em Aracaju. Aqui, ao contrário do que a gente tem, são expressões culturais que são podadas, ao invés de serem incentivadas. Também. Eu estou tendo aqui muito pudor para conversar, estou discutindo com muita tranquilidade. Porque eu acho que a gente não pode perder a mão sobre isso. Eu acho que é um assunto sério, eu acho que a gente não pode estar pensando... Veja, isso aqui é censura prévia, presidente. Isso aqui é censura prévia. Eu acho que a gente tem que discutir sobre isso. Não dá. A gente tem que fortalecer as coisas que já existem. Inclusive, eu não sabia nem quem era Oruam. Eu só soube depois que eu vi o vídeo de vocês dizendo lei anti-Oruam. Eu fui, quem é Oruam? Quem é Oruam? Mas é uma realidade de onde? Isso não é uma coisa daqui de Sergipe. Então, eu vou conceder aparte para a professora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – APARTE

Quando o projeto foi apresentado publicamente, foi apresentado com esse, dizendo lei anti-Oruam. Oruam nunca fez show público em lugar nenhum, ele só faz show privado, certo? Ele só fez um no Rio de Janeiro. Não quero discutir Oruam porque não é sobre Oruam. Isso aqui não é sobre Oruam. Isso aqui é sobre a realidade vivenciada dos nossos artistas todos os dias e a forma da sua expressão. E aí, presidente, queria discutir com o senhor o que está previsto na Constituição, no artigo 220 e no artigo 5º também, que o sistema jurídico brasileiro já adota, em posição à censura prévia, o regime da responsabilidade anterior. A plena fluência da liberdade de expressão é garantida, mas o eventual abuso de tal liberdade, quando materializado, por exemplo, na incitação a práticas criminosas ou na ofensa à honra, está sujeito à devida responsabilização cível e penal, conforme estabelece o artigo 5º. Então, isso já tem previsão. Agora, se você antecipa, aí sim é censura, porque você só pode punir, você só pode proibir, você só pode provocar que as pessoas sejam responsabilizadas pelos seus atos quando você tiver comprovação. Então, vai ficar tudo no âmbito da subjetividade, da interpretação. E isso vai recair principalmente sobre as culturas periféricas que já não são apoiadas, que não

têm política pública e que fazem com recursos de emenda quando têm ou por força própria, pela sua própria força. Essa casa aqui apoiou dois projetos, aprovou um do *reggae*, um da cultura *hip-hop*, a gente fez financiamento público, o festival do *hip-hop* foi lindo, com a participação inclusive dos filhos dos rappers nas praças. E a gente tem isso aqui, então a gente precisa caminhar para avançar e defender e potencializar isso que o vereador Camilo falou, é de fundamental. Desde as culturas tradicionais como...

CAMILO DANIEL – PT – DISCUTINDO PROJETO

Presidente, eu gostei muito do aparte da professora Sonia Meire, apesar de estar com muita vontade de ouvir o palhaço Soneca, mas eu queria só relembrar aqui uma coisa, a gente precisa ter muita lei nacional, muita coisa nacional, que os vereadores pegam aqui para ganhar *like*, para ganhar curtida, para ganhar interação, alimentar suas bolhas. Aí vêm e colocam isso com esse objetivo, com esse propósito, mas eu acho que a gente tem que fazer devidas moderações sobre as nossas realidades. Sonia tocou aqui em um ponto que eu quero rememorar. Veja, em 2008, 2009, eu, recém entrando na universidade, lembro que teve uma semana do *hip-hop*, que veio, até GOG veio para aqui. Eu achei fantástico, eu estou falando isso porque eu achei fantástico. Vim, estava aqui no Centro de Criatividade. Agora, perceba que nos últimos seis anos, cinco anos pelo menos, acho que cinco anos, você não tem semana do *Hip Hop* organizada aqui na cidade. Sonia tocou aqui no assunto e fez com financiamento coletivo, porque o poder público não incentivou. Semana do Reggae, lembro quando o professor Bittencourt estava vereador aqui. E isso tem mais de cinco anos. A gente estava aqui na praça Fausto Cardoso, várias bandas do reggae daqui de Sergipe: Reação, Manifestação, bandas assim, quem gosta de cultura sabe como é bom, é bem tocado, são letras bonitas, bons arranjos. Eu não sou muito bom de entender tudo isso, mas assim, eu sou um cabra que me esforço para gostar de arte, de cultura. Cara, tem cinco anos que isso não existe, acabou isso aqui! Inclusive nós tentamos botar no orçamento, na LOA deste ano, nosso mandato tentou botar aqui: incentivo para semana do *hip hop* e incentivo para semana do *Reggae*. A votação foi negativa. Ou seja, ou você potencializa as coisas, mas não é essa a intenção, infelizmente. Eu acho que o debate tinha que ser outro, presidente. E a gente tem que fazer mediações sobre a nossa realidade local e essas pautas que surgem nacionalmente que não têm nada a ver com a nossa realidade. Estou muito ansioso para ouvir Palhaço Soneca, obrigado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Iran, depois Lúcio.

IRAN BARBOSA - PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Veja, presidente, não é a primeira vez que a gente se debruça sobre um projeto, inclusive, estou me lembrando de um outro, também de autoria do Pastor Diego, um projeto de lei que, desculpe a franqueza, ele trata de uma coisa que não tem necessidade. Por que não tem necessidade? Porque já tem previsão legal. Apologia ao crime é crime, previsto no artigo 287 do Código Penal. Ou seja, nós aqui criamos toda uma polêmica, porque isso é um projeto que tem repercussão de uma linha que nós sabemos, agora aqui a gente tem que ser muito honesto, nós sabemos qual é o desembocadouro disto. Por exemplo, eu jamais seria contra qualquer iniciativa, vereador Pastor Diego, que tente preservar crianças e adolescentes de qualquer tipo de exposição ao que está sendo aqui colocado. Nós não defendemos. Aliás, eu quero dizer, como professor, muito antes dos shows, quem vive essa realidade e tenta dialogar com essa realidade são os professores e professoras, que recebem nas salas de aulas os alunos que vêm de realidades muito difíceis e que tentam fazer a mediação. Esse é o papel do Estado: fazer a mediação e impedir — aí eu concordo com Vossa Excelência — impedir que crianças e adolescentes fiquem expostos a qualquer tipo de tentativa de abdução, à prática de qualquer delito, crimes, atos obscenos. Nós somos muito cautelosos com isso. Agora veja, para tudo isso tem lei. Eu entendo que Vossa Excelência introduz aqui, no meu ponto de vista, do que li da legislação, o que tenta ser colocado aqui é o seguinte: é uma proibição ao município de Aracaju de contratualizar com artistas e com shows que façam apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas. Eu entendo que a essência do projeto é essa: é proibir a administração pública de fazer isso. Porque veja bem, no mais, fazer criança e adolescente não serem expostos a isso é obrigação! É obrigação do professor, é obrigação do médico. O médico, quando a criança e o adolescente vão para lá para o posto de saúde, tem obrigação de preservá-los dessas coisas, inclusive de denunciar. O que Vossa Excelência coloca aqui é a necessidade de a administração pública estar proibida de contratualizar. Veja, um dos princípios da administração pública — e é importante entender isso — chama-se legalidade. Isso é o óbvio! A administração pública não pode formalizar contrato com quem vai fazer apologia ao crime. O que está sendo aqui discutido tão amplamente por todos nós é o óbvio ululante! A administração pública não pode, Pastor Diego, fazer contratação. Concordo com Vossa Excelência. Por que não pode? Porque ela é pautada pelos princípios, e um deles, princípios do direito administrativo, e um deles é o princípio da legalidade. E a lei proíbe isso! Esta lei não traz nenhuma novidade, a não

ser — aí é que está o foco — a não ser a possibilidade de tentativa de enquadrar previamente tais ou quais shows nessa condição, previamente. Esse é o problema! Essa é a gravidade e é a intenção desses projetos que tramitam por aí afora. Ou será que a gente não sabe? Eu quero concluir antes. Veja, pode até não ser a intenção de Vossa Excelência, mas é o que está em discussão nesse país, é isso. Porque pode a administração pública contratualizar com quem vai fazer apologia ao crime? Não. Precisa essa lei para isso? Claro que não. Todo mundo aqui sabe, todo mundo aqui sabe, essa lei é inócua. Vão aprovar uma coisa. Agora, ela cria um instrumento, e é aqui que eu quero advertir, ela cria um instrumento para avaliação prévia por parte da administração para contratualização. Porque você pode ter uma artista, o presidente me ajudou nisso, citou artistas que não podem ser impedidos de serem contratados porque tem uma música que faz algum tipo de apologia a crime. Agora, se ele fizer, ele tem que ser penalizado, se não vira censura prévia, como disse a vereadora Sonia. Esse é o perigo dessa iniciativa que eu quero advertir. Mas eu quero, para concluir, ver se dá tempo de passar o aparte, eu quero ainda chamar a atenção para um aspecto. Vejam, aqui eu vejo uma preocupação com apologia ao uso de drogas. Pastor, eu quero dizer, Vereador, eu quero dizer que isso também me preocupa. Mas me preocupa muito mais é o traficante. Esse é que a gente tem que buscar ter o olho voltado para ele. Porque quando a gente fala do uso de drogas, eu sei qual é a intenção de Vossa Excelência, mas eu sei que quando se faz isso, muitas vezes, se é usado para, inclusive, criminalizar a população da periferia que usa droga, quando, na verdade, o tipo penal é o tráfico da droga. Esse é que tem que ser foco. Outra coisa que eu quero perguntar, Presidente, essa lei aqui, esse projeto de lei propõe, no artigo 7º, propõe não, veda no artigo 7º, ao município de Aracaju, apoiar, patrocinar ou divulgar shows, artistas ou eventos de qualquer natureza que envolva expressões de apologia ao crime organizado ou a uso de drogas. Todos nós sabemos que a cerveja é uma droga. O uísque é uma droga. E todos nós sabemos que as cervejas e as cervejarias patrocinam todas as festas contratualizadas pelo Poder Público. Olha um problema que nós estamos colocando aqui com essa lei. Então a Devassa, a Brahma, a Skol, não podem mais figurar, a Heineken ou as cervejinhas todas, né? Porque são drogas, óbvio que são drogas lícitas, né? Eu entendo o que é que o Pastor está querendo dizer, eu entendo o que é que o Pastor está querendo dizer, mas aqui está dito drogas. Drogas. Estamos criando também um problema. Então veja, no afã de querer ser mais real do que o rei, a gente pode criar problemas que nem estão no nosso horizonte de visualização. É preciso tomar cuidado. Porque o que está dito aqui, Presidente, precisa ser dito na lei municipal. Porque já existe a Constituição Federal,

existe o ECA, existe o Código Penal e todos eles dizem isso aqui. Agora, por que é que bota então, se já tem lei que trata disso? Bota porque tem um objetivo nacionalmente articulado, que é o objetivo de o Poder Público Municipal censurar previamente contratações. O que, aliás, já faz. Porque a contratação não obedece a princípios de transparência, não obedece a princípios de concorrência, não obedece... Ficam a critério das empresas que são contratadas e elas é que fazem. É escândalo em cima de escândalo. Aí cria um falso problema, que aqui é um falso problema. O que está aqui é um falso problema. Para criar essa comoção entre nós e tentar colocar os defensores da moralidade de um lado e os outros. E os outros. Não faço esse jogo. Defendo a proteção à criança e adolescente desde quando eu ainda tinha cabelos pretos. Sou militante dessa causa. Portanto, eu vejo com muita simpatia esses cuidados que o Pastor coloca aqui. Eles me tocam, porque a mim me interessa. Mas foi fazendo a luta que nós conseguimos criminalizar as tentativas de subverter isso. Tudo isso tem previsão. Por isso que eu, respeitosamente, sem querer desmerecer a iniciativa, digo que ela é inócua. Tudo que ela diz já está dito. A legislação nacional não permite. Agora, tem uma novidade. Ao proibir contratações dessa forma, vai submeter a administração a um tipo de censura prévia para contratar os seus artistas, que já sabem que não podem fazer apologia ao crime. E se fizerem, tem que responder. Aí eu concordo com Vossa Excelência. Quem faz apologia ao crime, quem faz apologia ao crime organizado, quem faz apologia e estimula o uso de droga. Agora é interessante que nós temos aí as televisões o tempo inteiro fazendo propaganda do uso de uma série imensa de drogas chamadas lícitas, porque são permitidas o seu uso. E a gente acha normal. Sem lembrar que é o uso de drogas lícitas, e eu quero dizer que eu consumo cerveja, não tenho um problema com isso não. Mas a gente sabe que o consumo de drogas lícitas é a porta de entrada, muitas vezes, para outros consumos. Para outros consumos. No entanto, nós somos tolerantes. O Poder Público é tolerante, o Poder Público inclusive tributa, recebe dinheiro. Nós recebemos dinheiro, o Poder Público recebe dinheiro de tributos dessas empresas. Então, Presidente, eu quero dizer que proteger nossas crianças é obrigação de todos nós, criança, adolescente. Agora, nós temos que tomar muito cuidado com as ficções que são criadas, com a roupagem de cuidado para introduzir determinados valores morais que extrapolam e aqui vereador pastor Diego, quero dizer mais uma vez, pode não ser essa a intenção de Vossa Excelência, mas essa é a razão pelas leis que permeia toda essa construção e eu não sou menino, eu tô com 59 anos, né, eu já vivi muita coisa e sei o que é, para repetir a expressão, a *ratio legis* que está contida aqui. Era isso, Presidente. Eu agradeço.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Lúcio Flávio.

LÚCIO FLÁVIO – PL - DISCUTINDO PROJETO

Obrigado, senhor Presidente. Primeiro, eu gostaria de colaborar com os colegas que estão participando da discussão. Vereador Iran, eu queria esclarecer uma fala a Vossa Excelência, com todo o respeito, porque essa é a minha área, para que Vossa Excelência tenha conhecimento. Até as drogas lícitas, viu, pastor Diego? Até mesmo a divulgação das drogas chamadas lícitas, bebida alcoólica, cigarro, é proibida a exposição delas para criança. Até mesmo bebida e cigarro em nenhum, até horário, na televisão, no cinema é proibido. Nenhuma criança, viu, vereador Isac? Pode ser exposta a nenhum tipo de publicidade dessa natureza, mesmo nas consideradas drogas lícitas, em primeiro lugar. Então, nem na lista pode, nem na lista. Bom, aí eu queria que lêssemos juntos. Aqui não vai nenhuma lição para nenhum Parlamentar, que o mais novo aqui sou eu. Mas vamos lá. O que é que proíbe a exposição do público infantil e juvenil a conteúdos que envolvam apresentações, expressão de apologia ao crime organizado e uso de drogas? Veja, até a lícita a Justiça já proíbe, até a lícita. E a gente está falando aqui que é proibido apresentações dessa natureza, crime organizado e uso de drogas. Então, veja, é disso aqui que trata o projeto, vereador Iran. Mas olha só como é que contamina... Eu vou lhe dar um aparte, vereador Diego. Olha como contamina o debate. Ah, e diz que isso aqui vai afetar a cultura periférica do *Hip Hop*. Então, a bancada de esquerda está querendo dizer que o *Hip Hop* pratica e tem apoio e faz crime organizado? A bancada de esquerda quer dizer que a apologia ao que é ilícito vem da cultura periférica? Porque eu acho isso um preconceito absurdo dizer que esse projeto está... nem essa expressão, me corrija vereador Pastor, tem essa expressão *Hip Hop, funk*, cultura periférica, não tem isso no projeto. Eu queria lhe dar um aparte, mas pediria que fosse breve, porque eu tenho ainda algumas explicações técnicas, que eu quero falar tecnicamente.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE

Lúcio, obrigado. Eu quero parabenizar pela clareza do discurso de Vossa Excelência, para dizer que, ao contrário do que falou meu colega vereador Iran, respeitosamente, a criança e o adolescente estão proibidos de ter contato e acesso à droga, seja ela lícita ou seja ela ilícita. Eu queria que Vossa Excelência falasse como sobre o ter... se o projeto estivesse errado, deveria ser drogas ilícitas, e o projeto é no geral, drogas. A

Portaria nº 002/2011 do Tribunal de Justiça, e eu queria citar essa Portaria aqui, do Tribunal de Justiça de Sergipe. No artigo 3º, que trata sobre a liberação de eventos para crianças e adolescentes, ela é muito clara em dizer assim: “Para poder ser concedida a licença ou Alvará pela Vara da Infância, tem que estar lá prevista a programação com todos os seus informes a respeito, a faixa etária de classificação pretendida, o conteúdo para, a partir de então, a Vara da Infância avaliar se aquele conteúdo, se aquele evento é adequado para criança e adolescente ou não.” O que nós estamos fazendo é colocando a mesma regra para a Administração Pública. O artigo 6º, vereador Iran, antes da gente falar em censura prévia, o artigo 6º, Lúcio, bem objetivamente, ele dá a oportunidade, olha, “na contratação de shows, artistas ou eventos de qualquer natureza feitos pela administração pública municipal, que possam ser acessados pelo público infantil e juvenil, deverá constar cláusula expressa de não manifestação de apologia ao crime organizado e ao uso de drogas”, ou seja, seja lá o artista qual for, ele vai assinar um termo se comprometendo, seja rap, sertanejo, hip hop, o que for, se comprometendo a respeitar as regras do ECA em relação a criança e adolescente. É só isso que nós estamos falando. Não tem nada novo. Obrigado, vereador.

LÚCIO FLÁVIO – PL – DISCUTINDO PROJETO

Muito obrigado, vereador Pastor Diego. Veja, a própria bancada que está se manifestando contrária, e aí com todo o respeito, viu, vereador Iran? Ela afirma que a lei já proíbe isso. Mas, mesmo assim, vota contra. Então, veja, aqui nós consensuamos, enquanto vereadores, para você que não está aqui na Casa, que aquilo que abunda não atrapalha, não vicia, é só reiterar aquilo que já está consignado. Inclusive, o vereador Iran disse que concorda com o Pastor Diego. Eu vi e fiquei muito satisfeito com a sua fala, quando você disse: “concordo que isso tem que ser proibido”. Então, eu quero afirmar para a população de Aracaju, eu protocolei esse projeto aqui nessa Casa. Eu protocolei o projeto com o nome anti-Oruam. E quem diz o que o Oruam é, caros vereadores, é a polícia e a justiça, não sou eu, não. Não fui eu que prendi o Oruam, foi a polícia que o levou para a cadeia. Então, não sou eu que estou fazendo juízo de valor. Então, eu quero dizer que protocolei. Quando o vereador Pastor Diego disse: “eu já tinha protocolado”, eu falei, subscreva então, pode abrir mão do meu, a gente só quer que as nossas crianças sejam protegidas. Então, o que é que a gente está discutindo agora, nesse momento? É sobre a proteção da integridade, da inocência das crianças. É sobre isso que a gente está discutindo aqui. Não é sobre cultura periférica nem *hip-hop*, a não ser que se estigmatize

aqui que essa cultura é a cultura que faz crime. E eu não acredito nisso. E eu espero que a esquerda não insinue, a bancada da oposição insinue isso, porque não tem nada a ver fazer um combate à erotização precoce, ao uso de drogas, à prática de crime com cultura *hip-hop* ou cultura periférica. Bom, eu acho que não. É sobre respeitar o ECA. É sobre respeitar o ECA, que muitos aqui deveriam, inclusive, defender a proteção da criança e do adolescente. Então, vamos lá. Para a gente objetivar, para quem está assistindo a gente não ser desviado por um debate contaminado. O que é isso aqui agora? Agora a Casa vai decidir o que na votação? Pode se apresentar com um fuzil dizendo que é para roubar e para matar a polícia diante de criança e com dinheiro público? É sobre isso que a gente vai decidir aqui. Pode se falar em fumar um *beck* para a criança, cheirar um pó na frente de criança e adolescente com dinheiro público? Pode dizer que é para pegar as novinhas, e as pessoas sabem que é novinha, dessa posição, daquele jeito, na frente de crianças e com dinheiro público? A criança pode ser exposta a esse tipo de conteúdo? Está certo isso? É sobre isso que a gente está discutindo. Se essas coisas podem ser expostas à criança e se podem ser expostas pagas com o dinheiro do cidadão. É sobre isso que a gente está discutindo. Pode ou não pode? Os vereadores votarão aqui, aqueles que concordam que a criança seja exposta a esse tipo de conteúdo, venha de que estilo musical for, qualquer que seja o estilo musical. Se expuser criança a isso, o ECA diz que não pode. Então, a gente precisa entender que a gente, enquanto parlamento municipal aqui, nós somos guardiões de lei, criadores de lei, guardiões e fiscais da lei. Aquilo que não atrapalha, aquilo que não se confronta, não abunda, não atrapalha. Então, é isso que a gente quer fazer aqui, defender a criança e o adolescente, defender a integridade da inocência deles, defender que eles não possam ser expostos de maneira tranquila, paga com dinheiro público. E o meu respeito à cultura *hip-hop*, à cultura periférica, que atenta a esses valores. A cultura que está fazendo música, que está fazendo conteúdo, respeitando crianças e adolescentes, e, acima de tudo, respeitando, além, porque, como falei respeitosamente ao colega Iran, eu sou da área de comunicação social e publicidade e nem droga lícita e nem conteúdo dessa forma pode ser exposto para criança. Nem isso. E imagine o que é impróprio e inapropriado. Conteúdo de televisão tem regramento de idade. Conteúdo de cinema tem regramento de idade. Conteúdo de teatro tem regramento de idade. Por que que pode, se utilizando a prerrogativa de ser cultura, estar livre para fazer tudo? Ah, cultura tem o salvo-conduto para praticar crime. Cultura tem salvo-conduto para poder atrapalhar a inocência, bagunçar a cabeça das crianças. Não, não pode se utilizar da prerrogativa da palavra. Não, eu sou cultura para poder dizer que pode matar

policial, que pode pegar as novinhas e fazer isso e aquilo, que pode dançar e descer daquele jeito. Ah, é cultura! Pode. Não tem salvo-conduto, não. Todo o nosso regramento prevê que aqui, principalmente Aracaju, não é terra sem lei. E a gente vai estar atento a isso. Parabéns, Pastor Diego. Quero subscrição. Eu tinha apresentado esse projeto. Como ele apresentou primeiro, estou apoiando, subscrevendo e consignando meu voto favorável em defesa das crianças de Aracaju. Que Deus abençoe Aracaju.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Para discutir o vereador Fabio Meireles.

FABIO MEIRELES – PDT – DISCUTINDO PROJETO

Obrigado, senhor presidente. Veja, presidente, eu já me posicionei aqui na parte que fiz o discurso de Vossa Excelência, e eu não preciso, porque, desde quando cheguei aqui a este Parlamento, cheguei e eu venho sempre confirmando do chamado que Deus tem em minha vida. E não preciso que, obviamente, que ninguém me diga, porque eu sei quem me chamou e para quem me chamou. Lúcio, ele insiste em colocar aqui, mesmo a gente tendo discussão aqui, favorável ao projeto de Pastor Diego, que eu quero parabenizar. É um projeto que eu estou defendendo. Lúcio coloca, tem uma facilidade em colocar, soltar no ar, que a bancada da oposição é contrária. Não é verdade, é mentira o que Lúcio Flávio disse. A bancada de oposição não é contrária, estamos livres em pensamento, discordando ou concordando aqui. Então, meias verdades, para mim, não vão prevalecer e eu não vou calar. Não gosto disso, não trato com Vossa Excelência dessa forma. O que eu trato com Vossa Excelência, eu trato diretamente falando. Vossa Excelência tem mania de vir cortando os caminhos como fizeram comigo, Pastor Diego e presidente. Um ano fez agora no segundo turno da eleição. Teve um canalha que publicou e um canalha, covarde, que nunca quis aparecer, que colocou que o vereador do PDT da Zona Norte de Aracaju, que a Polícia Federal estava na porta dele. Canalha, covarde, que nunca quis aparecer. Usou um meio termo, ou uma figura, para que se apresentasse. É por isso que eu digo: eu gosto de discutir minhas coisas abertamente, diretamente. Para ser reprovado por Vossa Excelência ou aprovado, não tem problema não. Gosto de minhas coisas abertas. Eu ouvi o Professor Iran, Professora Sonia, o Pastor Diego, o Camilo, entendi o pensamento de Soneca, ouvi o próprio Lúcio Flávio, e li o projeto. O projeto não está aqui no texto do projeto do Pastor Diego falando sobre *hip hop*, não está falando sobre *reggae*. O cuidado do professor Iran são coisas que podem, porventura, acontecer. Foi o que eu entendi, nobre vereador Professor Iran Barbosa. E ele

concorda com o texto que está no projeto do Pastor Diego. Não há conflito. Agora, qual conflito? São os pensamentos daquilo que o Professor Iran imagina que pode ter lá na frente, mas no projeto não, porque o projeto trata preventivamente do cuidado, do zelo, do amor com as nossas crianças, os jovens, os adolescentes, infantojuvenil. Ponto. Daquilo que pudermos levantar, Soneca, lá para frente, é outra coisa. Projetos que foram denominados lá fora, em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, é outra coisa. O projeto, aí eu vejo, Professora Sonia, com pureza de alma, sem essa questão ideológica, com pureza, defendendo as nossas crianças, infantojuvenil, que tanto nós defendemos o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o projeto do Pastor Diego não está apontando para nenhum tipo de música, não está apontando para nenhum tipo específico de cantor. O que está apontando aqui é a defesa da criança, adolescente, infantojuvenil. Então, por isso, que eu fico muito tranquilo, como o pastor... Desculpe! Professor Iran. Perdoe, Professor Iran. Que fica o artigo... Permita-me, por favor. Artigo 7 - Fica vedado ao Município de Aracaju apoiar, patrocinar ou divulgar shows artísticos ou eventos de qualquer natureza que envolvam expressões de apologia, de defesa ao crime organizado ou das drogas. Quem é que vai apoiar? Quem é que vai apoiar a defesa desse tipo de crime? Então, eu vou dizer aqui claramente que eu vou defender esse Projeto. Vou votar nesse Projeto, que é um Projeto que previne o infantil juvenil. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Votação nominal e pela ordem, Lúcio.

LUCIO FLAVIO – PL – PELA ORDEM

Primeiro, eu não tenho compromisso com o erro, quero consignar aqui a correção da minha fala, que não foi uma mentira, foi um equívoco mesmo, me enganei, porque quando eu falo generalizadamente Bancada de Oposição, eu queria me referir à Bancada de Esquerda, ao qual eu não atribuo esse pensamento ideológico ao colega Fabio Meireles. Então, eu quero publicamente registrar que eu me equivoquei na Tribuna, porque o voto do Fabio Meireles é a favor desse Projeto. Mas, apenas isso. Como ele fez um gesto apontando para mim, citando a expressão canalha, que se escondeu, é só para deixar claro que eu não tenho nenhuma relação com o fato que ele fez registro aqui, mas como ele estava se referindo a uma fala minha, para que se registre publicamente esse fato que eu desconheço, que ele citou, mas que não tem nada a ver com a minha pessoa, porque isso ficou registrado na TV Câmara, esse apontamento. Mas corrijo a minha fala e peço desculpas ao colega publicamente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD:

Ok! Estou encerrando a votação. Foram oito... Oi! Vai justificar?

IRAN BARBOSA – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO

Presidente, muito rapidamente. Eu quero justificar meu voto.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Olhe! Está aberta a votação. Temos muita coisa para votar ainda.

IRAN BARBOSA – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO

Quero justificar meu voto, Presidente. Dizendo o quê? Primeiro: quando me referi às drogas chamadas lícitas, eu fiz essa referência para chamar a atenção de que as administrações municipais, as mais variadas, inclusive a da Aracaju, contratam serviços com patrocinadores que vendem bebida. Eu em nenhum momento desconheço a tese e a legislação que prevê que criança e adolescente não podem ser expostos a bebidas, ainda que sejam lícitas. Eu conheço. O que eu chamei a atenção é que esse tipo de projeto, que agora acabou de ser aprovado, vai dificultar a contratação. Espero que os Senhores estejam atentos a isso também. Eu não tenho nenhum problema, mas concordo que nós precisamos avançar nessa discussão.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Para justificar Sonia.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL - JUSTIFICANDO VOTO

Voto “não” por entender que esse projeto, ele parte sim, a aparência dele e a essência é bem diferente. E nós não podemos omitir aqui, porque a defesa da criança e do adolescente nem sempre vem acompanhada, de fato, daquilo que precisa ser feito, porque não somos nós que defendemos. Inclusive pessoas que, em campanha eleitoral, usam crianças fazendo gesto de armas para frente contra as pessoas. Voto não.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Para justificar Camilo.

CAMILO DANIEL – PT – JUSTIFICANDO VOTO

Presidente, eu voto “não” aqui. Voto “não”. Acho lamentável que no dia 18 de dezembro, meio-dia e vinte e cinco, ao invés da gente estar discutindo temas relevantes

para a cidade de Aracaju, nós estamos aqui há quase uma hora, ou mais de uma hora, debatendo uma coisa que é pura censura da cultura do nosso povo, das periferias da cidade de Aracaju. Meu voto aqui é “não”, Presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Soneca para justificar o voto.

SONECA – PSD – JUSTIFICANDO VOTO

Presidente, eu quero votar “não” e dizer que eu gostaria que essa mesma preocupação, que seja com esses eventos que falam de periferia e tal, também a gente comece a olhar com outros olhares aí das nossas igrejas, porque aconteceram algumas coisas aí, ninguém se pontificou aqui, se calaram até hoje. Então essas coisas podem, não é? Então eu voto contra e digo a você de coração que é só perseguição com os pequenos.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Encerrada a votação. O projeto foi aprovado. 10 votos favoráveis, 06 votos contrários, 02 abstenções. Questão de ordem, Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL – QUESTÃO DE ORDEM

Presidente, eu já estou ficando velhinho, fazendo 60 anos ano que vem, como já disse, cabelo branco e a memória já não é mais a mesma, mas ela ainda funciona. Só para... Ficou uma pendência aqui de consulta, depois eu fui advertido por uma das...Eu fiquei procurando o artigo e não achei, a Mesa também, como sempre diligente, quando eu fiz referência àquela exigência do regimento, trata-se do artigo 139, parágrafo 4º, que tem o seguinte texto: “a presidência não deve admitir proposição, inciso 4º, que faça referência à lei, decreto, regulamento ou qualquer outro dispositivo legal sem se fazer acompanhar da sua transcrição”. Então é uma exigência regimental que eu me lembro que é antiga, eu já a tinha na cabeça. O problema não é nem só esse. O problema é que muitas vezes os projetos são encaminhados pelo Executivo sem os anexos que a legislação e o regimento exigem. Chamar a atenção para esse aspecto, porque tem outras coisas para além disso que são exigências. Mas eu entendo que isso não obsta.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Eu tinha conhecimento já, eu li.

IRAN BARBOSA – PSOL – QUESTÃO DE ORDEM

Até porque eu já sabia do que se tratava aquilo que ele dizia. Eu sabia que era a lei que tratava... Revogação. Revogando, mas é uma exigência...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Iran, quando eles me mostraram aqui, a gente localizou o artigo, eu também entendi que transcrição seria menção. Porque ele não está falando de trazê-la em anexo. Transcrever é no texto da lei nova. Olha, a lei 150 está revogada por essas razões. Porque ele não está pedindo em anexo, traga cópia da lei, entendeu? Fez, fez referência à transcrição.

IRAN BARBOSA – PSOL – QUESTÃO DE ORDEM

Transcrição da lei que ele faz referência. Tanto assim, o senhor vai ver que tem outros incisos, que ele faz referência a contratos, processos e tal, tem que ter a transcrição, porque senão faz referência e o Vereador não sabe do que se trata. Ali, sabíamos do que se tratava, mas é uma exigência acompanhar. Acompanhar significa, no meu entendimento, anexar.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Entendo. Porque eu fui à mesma linha de Elber, que, como se tratava de uma revogação total, aleitar o número dela, sob COSIP, já foi.

IRAN BARBOSA – PSOL – QUESTÃO DE ORDEM

Partamos do pressuposto que algum parlamentar, no momento da votação, da apreciação, não conheça. É preciso que esteja a transcrição. Hoje em dia nos chama transcrição porque a gente hoje anexa, faz acompanhada a cópia. E esse era o procedimento que nós adotávamos.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Projeto de Lei nº 243/2025. 1ª votação também do Pastor Diego. (Leu). Projeto está em discussão.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO PROJETO

Presidente, eu vou pedir a retirada de pauta desse projeto.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Está retirada do projeto. Todos concordam? Aqueles que concordam, pelo menos que não estão aprovados.

Projeto de Lei nº 296 de 2025. Primeira votação, Soneca. (Leu). Está vendo aí? Soneca preocupado com os idosos, Diego preocupado com os nossos adolescentes e crianças. Então o projeto está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação, aqueles que concordam permaneçam como estão. Você gosta! Está aprovado.

Projeto de Lei 318 de 2025. Marcel Azevedo em primeira votação. (Leu). O projeto está em discussão, não vai querer discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento 482/2025, Sonia Meire. (Leu). O requerimento está em discussão, não havendo quem queira discutir, votação nominal. O requerimento está em votação. Vamos lá? Vamos votar? Então, encerrada a votação. Dez votos favoráveis pelo requerimento, oito votos contrários, nenhuma abstenção. O requerimento foi aprovado. Convoco uma sessão extraordinária para daqui a alguns segundos, declarando encerrada a próxima sessão.

[SESSÃO ENCERRADA]

Texto revisado por Danilo S. Sodré.